

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA - ICSEZ  
COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

HEVELIN BENTES REIS

**MULHER E PATRIARCADO NA MÍDIA: O jogo discursivo das revistas VEJA e IstoÉ.**

PARINTINS, AM

2022

HEVELIN BENTES REIS

**MULHER E PATRIARCADO NA MÍDIA: O jogo discursivo das revistas VEJA e IstoÉ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. HELLEN CRISTINA PICANÇO SIMAS

PARINTINS, AM

2022

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R375m      Reis, Hevelin Bentes  
Mulher e patriarcado na mídia : O jogo discursivo das revistas  
VEJA e IstoÉ / Hevelin Bentes Reis . 2022  
76 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Hellen Cristina Picanço Simas  
TCC de Graduação (Comunicação Social - Jornalismo) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Representação da mulher . 2. Crise de credibilidade . 3.  
Jornalismo . 4. Veja . 5. IstoÉ . I. Simas, Hellen Cristina Picanço. II.  
Universidade Federal do Amazonas III. Título

HEVELIN BENTES REIS

**MULHER E PATRIARCADO NA MÍDIA: O jogo discursivo das revistas VEJA e IstoÉ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Aprovada em: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Hellen Cristina Picanço Simas - Presidenta  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

Marcelo Rodrigo da Silva – Membro Interno  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

Kamily Glória Pantoja – Membro Externo  
Universidade Federal do Tocantins – UFT

---

Graciene Silva de Siqueira – Membro Interno  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família: meu pai, minha mãe, minhas irmãs e meus queridos sobrinhos, que me deram sempre todo o apoio e suporte necessários para o meu crescimento pessoal e profissional. Sou eternamente grata pelo privilégio de viver com pessoas tão iluminadas ao meu redor.

Aos amigos conquistados durante essa trajetória, pessoas incríveis que me mostraram a importância das parcerias e da dedicação ao mundo acadêmico, amizades que vou levar para a vida toda.

Aos professores que tive a oportunidade de conhecer e por todo os ensinamentos preciosos, que me ajudaram na qualificação necessária para que eu pudesse dar os primeiros passos na carreira profissional. Em especial à minha orientadora, doutora Hellen Picanço, pelas orientações, paciência e apoio.

Sou grata por tudo!

## RESUMO

O presente estudo objetiva trazer uma discussão acerca da prática jornalística a partir do discurso encontrado em conteúdos jornalísticos das revistas *VEJA* e *IstoÉ* e, assim, compreender a funcionalidade do sistema jornalístico, enquanto aparelho ideológico, reforçando estereótipos em especial, sobre a imagem da mulher. Para tal reflexão, trabalhou-se com a teoria da Análise de Discurso (AD) de linha Francesa na perspectiva de Souza (2014) e Orlandi (2002), como referencial teórico-metodológico, a qual se utiliza de uma abordagem qualitativa nas análises. Por meio dela e das premissas que delineiam o jornalismo, segundo Ramonet (2013), Lage (2001), Traquina (2005) e Silva (2013), além do referencial teórico sobre a representatividade da mulher na mídia, foi possível perceber, nas duas reportagens utilizadas como *corpus* de estudo “Marcela Temer: bela, recatada e do lar” e “Uma presidente fora de si”, como a mídia consegue construir discursivamente, a manutenção de padrões de beleza feminina. Desse modo, observou-se uma tendência jornalística em manter, no discurso, formações ideológicas que atrasam a superação do machismo na sociedade brasileira. Tal conduta do sujeito jornalista contraria a essência do jornalismo, estabelecida no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, instalando no jornalismo a crise de credibilidade perante o público.

**Palavras-chave:** Representação da Mulher. Crise de credibilidade. Jornalismo. Veja e IstoÉ.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1. O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM FEMIMINA</b> .....	<b>11</b>
1.1 Movimento Feminista e Ideologia Machista.....	11
1.2 Cultura Machista e a Mídia na Construção do Feminino .....	13
1.3 Mídia como Formadora de Opinião .....	15
1.4 Mídia, Política e Capitalismo .....	17
<b>2. ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA - AD</b> .....	<b>22</b>
2.1 Filiações Basilares da AD.....	23
2.2 Formação Discursiva e Formação Ideológica.....	25
2.3 Metodologia da Análise de Discurso.....	27
<b>3. ANÁLISE DO DISCURSO DE REPORTAGENS DAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ</b> .....	<b>30</b>
3.1 Discurso da reportagem da Veja.....	30
3.2 Discurso da reportagem da IstoÉ .....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>67</b>
<b>ANEXO I</b> .....	<b>71</b>
<b>ANEXO II</b> .....	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

Durante o percurso jornalístico, dentro da Universidade, aprendemos a importância de saber como relatar fatos por meio dos vários gêneros jornalísticos, desse modo, entendendo o poder atribuído ao jornalismo. Este estudo, sob suporte teórico da Análise de Discurso de linha francesa (AD), parte do interesse em oferecer uma contribuição para os estudos voltados às produções jornalísticas, evidenciando em produto midiático, vestígios da cultura machista e, dessa forma, abrir portas para o entendimento de como o sujeito jornalista vem caminhando em direção à crise de credibilidade se pondo contra a essência do jornalismo, que é de atuar como instrumento de luta social, garantindo a efetivação da democracia para todos os cidadãos. Nesse sentido, pretende-se refletir sobre a prática jornalística, na qual o papel do jornalista deve alçar seu alicerce na luta árdua e contínua pela “conquista de mentes e corações para a cruzada permanente contra o autoritarismo, contra a prepotência, contra o arbítrio e a favor da democracia”, como bem destacou a jornalista Silmara Dela Silva (2013, p. 01). Para isso, analisa-se duas reportagens para verificar em sua materialidade linguística filiações ideológicas machistas, a partir dos pressupostos teóricos da AD.

A condição negativa de repressão e de humilhação em que a mulher foi colocada durante séculos é o fator que nos instiga a trazer a discussão da representação feminina atualmente para compor este estudo, visto que, embora a tão sonhada aceitação da sociedade sobre os corpos despadronizados e, especialmente, a autoaceitação das mulheres sobre sua imagem estejam em processo, não é preciso muito esforço para encontrar repressões contra a mulher. Ao refletir sobre o conceito-análise mulher, notamos que a trajetória da mulher é marcada por opressões que remontam os primórdios da humanidade. A jornalista e escritora Rosa Montero (2007) lembra que a mulher, desde os mitos de criação do mundo, já estava submetida a uma condição questionável, quando Eva leva à perdição Adão e toda a humanidade após ser seduzida a comer o fruto proibido. Na mitologia grega, Pandora, primeira mulher criada, é representada com poder de sensualidade e dissimulação, além de ser apontada como culpada por todos os males físicos e espirituais existentes. Nas duas representações, a mulher é vista como um ser “fraco” ou “sem juízo”, nas palavras de Montero (2007).

As tradições culturais também têm contribuições expressivas na prática de discriminação feminina. De acordo com o jornal Folha de São Paulo (1996), para os indianos, por exemplo, bebês do sexo feminino são vistos como um fardo. Movidos por questões



econômicas e interesse em manter a linhagem familiar, a família tradicionalmente patriarcal, ao receber a notícia da chegada de uma filha, impõe a interrupção da gravidez ou, após o nascimento, matam-na por sufocamento, envenenamento ou a enterram ainda viva, o que se configura como “feticídio”. À mãe resta a discriminação por não ter gerado o filho homem e, muitas das vezes, passa a sofrer torturas físicas e psicológicas. Por isso, nessa tradição, o tão sonhado e desejado filho homem é a melhor opção, primeiro por questões de ordem patriarcal, segundo, para manter o bem-estar físico, mental e social da mãe. Com intuito de evitar o feticídio, o exame de ultrassonografia em grávidas indianas foi proibido. Ainda segundo a Folha de São Paulo (1996), estimulado por movimentos feministas e pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Governo indiano se comprometeu a investigar e a punir médicos que entrarem no mercado clandestino da ultrassonografia, visando, assim, eliminar a prática de feticídio.

O período da caça às bruxas, durante o século XV e XVI, representa, para Montero (2007), o nível mais assustador da repressão. Milhares de pessoas foram condenadas à morte por ferir, de alguma forma, as expectativas sociais, políticas ou religiosas. Montero (2007) afirma ainda que cerca de 85% dos réus levados à fogueira para serem queimados vivos, por bruxaria, eram mulheres de todas as idades, inclusive meninas. A bruxaria a qual se referia estava associada às práticas medicinais utilizadas como forma de sobrevivência por essas mulheres.

Não tão distante da atual realidade, o progresso do século XIX trouxe às mulheres as tendências de beleza, com o reforço da ideia de perfectibilidade. Agora, vista como uma anomalia e doente, a mulher passa a submeter-se a práticas insanas e torturantes. Uma das tendências de beleza era o espartilho, usado para afinar a cintura e levantar os seios, como forma de valorizar a silhueta da mulher. A peça era ajustada até modelar o corpo, visto como imperfeito para o padrão aceito pela sociedade. Conseqüentemente, os prejuízos à saúde eram inevitáveis. Desmaios, asfixia, costelas tortas e até deslocamentos de útero e fígado, eram um dos preços a pagar (MONTERO, 2007).

Os episódios são inúmeros, seja na esfera social, econômica ou política, a mulher carrega em seu histórico uma posição de submissão e, assim, permaneceu até o surgimento de marcos históricos, que contribuíram para o despertar da sociedade acerca da questão da mulher, no sentido de resgatá-las da posição de inferioridade e integrá-las na equidade entre gêneros. Um dos primeiros marcos na luta feminista, até então sem pretensão pela igualdade entre

gêneros, tem origem no final do século XVII, com a Revolução Francesa. De acordo com Tania Machado Morin (2013), foi após a Marcha sobre Versalhes, realizada em 5 de outubro de 1789, liderada por cerca de 7 mil mulheres, protestando sobre o preço do pão, crise do trigo e a escassez de alimentos, que as francesas conseguiram despertar o respeito e o reconhecimento e, por isso, ficaram conhecidas como as heroínas da marcha. E, apesar da intervenção feminina ter mudado o curso da revolução francesa, o ideal que se pregava para as mulheres dessa época, continuou sendo o da figura maternal, recatada e que devia abster-se da vida política (MORIN, 2013).

Ainda que a Marcha sobre Versalhes tenha alcançado bons resultados, foi a iniciativa das primeiras ativistas, ao exigirem direito ao voto e pedirem participação nas assembleias oficiais, que despertou nos homens e nas mulheres franceses a compreensão de que a igualdade era para todos os indivíduos ou não era para ninguém (MONTERO, 2007). Um dos maiores nomes na história feminina durante a Revolução Francesa foi Olympe de Gouges, que se dedicou à Declaração dos Direitos da Mulher e do Cidadão, em que defendia a igualdade de cidadania entre homens e mulheres (DANTAS 2019, p. 48). A Revolução Industrial também deixou contribuições significativas, especialmente, quando dinamizou o processo de emancipação econômica das mulheres, que passaram a exigir não somente a liberdade de mercado, mas também a igualdade para que privilégios às mulheres também se tornassem lei.

Apesar dos citados avanços, a busca pela “perfeição” ainda continua. Na atualidade, a procura pelos procedimentos estéticos tem despertado o lado sombrio da beleza feminina, atingindo diretamente o bem-estar e a saúde da mulher. Os casos de deformação e de morte cresceram a nível assustador, em especial, no Brasil, onde há o maior número de realizações de cirurgias plásticas do mundo, com aproximadamente 1,5 milhões de cirurgias ao ano, ultrapassando os Estados Unidos e o México, em segunda e terceira posição, respectivamente, segundo dados do Portal Hospitais do Brasil (2021). A estatística negativa é reflexo da auto-rejeição das mulheres sobre seus corpos e o estímulo para esse resultado, abarca repressões de diferentes setores, orientados pelos costumes tradicionais e os meios de comunicação, por exemplo. A comunicação é responsável pela contribuição ativa na agenda pública, dessa forma, nota-se a importância do ofício para a abordagem de temáticas complexas na sociedade. Nesse sentido, tem-se o jornalismo como instrumento massivo de informação capaz de manter, reforçar e alterar a forma de a população encarar determinado tema.

Por isso, ao compreendermos o trabalho da mídia como fundamental para o processo de conscientização e para a formação de opinião pública, entende-se que a ética jornalística merece ser abordada, a fim de se refletir sobre a credibilidade enfraquecida do jornalismo. Para isso, a presente pesquisa foi dividida em três capítulos, no primeiro capítulo, trataremos a discussão sobre o papel da mídia na construção da imagem feminina, que compactua com a manutenção de padrões sobre a mulher e que enfraquece a luta feminina contra o machismo. Desse modo, fez-se necessário fazer um resgate histórico para uma breve contextualização acerca do nascimento e desenvolvimento do movimento feminista e da cultura machista e, assim, perceber como essa ideologia machista, incorporada pela mídia, projeta uma imagem ideal para ser seguida pela mulher. Além disso, abordaremos o jornalismo na perspectiva de “quarto poder”, sobretudo, como formador de opinião, o que serve de ponto de partida para a investigação das formações ideológicas de produções jornalísticas, especificamente, as presentes em matérias das revistas digitais *Veja* e *IstoÉ*, na presente pesquisa, percorrendo as facetas por trás dos discursos estudados.

No segundo capítulo, abordaremos a teoria que embasa as análises da pesquisa, a Análise de Discurso, segundo a perspectiva teórica de Michel Pêcheux, que, no Brasil, tem os estudos do autor Sérgio Freire de Souza (2006, 2014) e da autora Eni Orlandi (2002) como representativos. Esse capítulo foi importante para conhecermos melhor as filiações basilares que constroem a AD, além de nos permitir compreender os mecanismos responsáveis pelo processo de constituição do sentido no discurso, tais como a Formação Discursiva, a Formação Ideológica, Esquecimento 1 e Esquecimento 2. A teoria também dispõe de um aparato metodológico próprio, o qual foi aplicado nas análises. Seguimos o passo a passo da metodologia da AD, ou seja, as etapas *leitura flutuante*, *circunscrição do conceito-análise*, *definição do corpus*, *seleção das sequências discursivas* e *análise e interpretação*.

No terceiro capítulo, aplicou-se a teoria da Análise de Discurso nas análises para decodificar os sentidos por trás do discurso das reportagens “Marcela Temer: bela, recatada e “dólar” e “Uma presidente fora de si” das revistas *VEJA* e *IstoÉ*, respectivamente. Nesse capítulo, observou-se a tendência jornalística em atuar na manutenção de estereótipos que atrasam a superação do machismo, bem como reforçam para a mulher um lugar de opressão.

Conhecido o desenvolvimento da pesquisa, passemos a conhecer melhor o referencial teórico que fundamenta a reflexão sobre a imagem da mulher na sociedade.

## **1. O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM FEMIMINA.**

### **1.1 Movimento feminista e ideologia machista**

Não há registro de um marco inicial para o machismo, notadamente é um pensamento evidente em momentos distintos da história que se solidifica sob o manto do patriarcado. O machismo foi definido como um sistema de representações simbólicas, capaz de mistificar as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher, cuja divisão está organizada em dois polos, o polo dominante e polo dominado (DRUMONT, 1980). A autora ressalta que esta é uma definição que não tem a preocupação de atingir um rigor conceitual a partir de um modelo teórico fechado e abstrato. Mas que conceitua ainda que provisoriamente o machismo, de forma que a investigação possa ser conduzida para dar conta da multiplicidade de suas manifestações concretas dentro de uma unidade de análise. O fato é que o machismo vem se proliferando “discretamente” e tem acendido novos debates acerca das discriminações causadas.

De acordo com Tenório (2019), o machismo é o preconceito que mais ganhou visibilidade após a crescente identificação de mulheres das mais variadas faixas etárias, apesar de todo equívoco gerado em torno dos fundamentos do movimento feminista. O mais conhecido deles, segundo a autora, é que o feminismo seria uma espécie de “machismo às avessas”, ou seja, a dominação das mulheres sobre os homens. Porém, esse grande equívoco visa desqualificar a luta feminista e também desincentivar os homens a serem aliados dessa causa. Por isso, é importante destacar que, embora o feminismo e o machismo estejam em lados opostos por tratarem de interesses de mulheres e homens, respectivamente, não significa dizer que o feminismo tem a mesma finalidade, a dominação sobre o sexo oposto, muito pelo contrário, visa conciliar as divisões de papéis na sociedade, a partir da noção de equidade entre ambos. Tenório (2019) lembra que:

o feminismo é fundamental, inclusive para os homens que, apesar dos privilégios que possuem com o patriarcado, também reproduzem comportamentos moldados e considerados socialmente aceitáveis, ou seja, a masculinidade construída pelo sistema patriarcal também limita sua existência e, por vezes, os desumaniza (TENORIO, 2019. p. 16).

Nessa linha de raciocínio, o machismo detém o poder sobre homens e mulheres, ditando sobre eles, o padrão de ser e se comportar, embora o lado mais prejudicado seja o das mulheres. Em função da desigualdade social, a luta feminina pelos direitos, pelo respeito e pela dignidade tem um legado histórico de sofrimento, mas, de muita resistência e força para que a mulher pudesse ser libertada da violação sobre os seus direitos fundamentais enquanto ser humano. Com o legado histórico, nota-se que, ao longo da história, sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e, muitas vezes, acabaram pagando com suas próprias vidas (PINTO, 2010).

A origem do movimento feminista tem início com a proposta de uma sociedade com igualdade de condições entre homens e mulheres. A primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou, foi alcançado por meio das sufragistas, o direito ao voto (PINTO, 2010). No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou com mais intensidade quando as sufragistas brasileiras, lideradas por Bertha Lutz, iniciaram a luta pelo voto feminino. Bertha Lutz também contribuiu para a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto. Esse direito se consolidou em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro (PINTO, 2010).

A dinâmica de realizações do movimento abarca questões muito peculiares em cada região, no Brasil essas questões vão desde o Regime Militar – transformando ainda mais o cenário em ditadura – a momentos propícios ao movimento, como a significativa vitória do feminismo brasileiro com a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, responsável pela campanha nacional em que se objetivava a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. De acordo com Pinto (2010), o resultado dessa vitória contribuiu para que a constituição de 1988 fosse uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo, entretanto, o CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, porém, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de Ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente.

## 1.2 Cultura machista e a mídia na construção do feminino

Os padrões que atualmente ditam o comportamento feminino não negam suas raízes desenvolvidas sob ordem patriarcal, em que se limita a mulher às suas condições biológicas. Para se enquadrar a esses padrões, desde o nascimento, já somos mergulhados num universo de valores, crenças e regras de comportamentos que tangem os princípios da masculinidade e da feminilidade.

Conhecer melhor as diretrizes que delineiam o feminino requer a distinção entre os termos “sexo” e “gênero”. Para isso, faremos uso dos pressupostos de Silvana Mota-Ribeiro (2005). Ela explora o sexo biológico relacionando-o aos aspectos físicos que determinam o indivíduo como macho ou fêmea. Quanto à ideia de gênero, diz respeito aos comportamentos e expectativas aprendidas socialmente com base em cada um dos sexos. Parte-se dessas noções o conceito de feminilidade, adotada como compreensão do “ser mulher”. Portanto, segundo a autora, nascer homem ou mulher, considerando o ponto de vista biológico, não significa ser tipicamente feminino ou masculino, visto que feminilidade e masculinidade são conceitos culturais. Consequentemente, têm sentidos variáveis, que correspondem ao contexto histórico-cultural ao qual pertencem, podendo sofrer alterações de sentido dependendo da forma compreendida pelos diferentes membros de um grupo cultural. Parafraseando a feminista Simone Beauvoir, Mota-Ribeiro (2005) reitera que há um processo cultural por trás da fundamentação do indivíduo na condição de mulher, ou seja, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (MOTA-RIBEIRO, 2005, p. 16).

É interessante pensar também em outro aspecto que a autora nos lembra sobre a beleza. Esse aspecto refere-se ao seu funcionamento como significação da bondade ou da riqueza interior, ou seja, há uma relação direta entre o belo e o bom que alimenta a idealização das características físicas mais atrativas como sinônimo de beleza espiritual, de bondade e soberania. A exemplo, os contos infantis fazem o papel de disseminadores dessa concepção para as crianças, conduzindo o imaginário do indivíduo, desde a fase inicial da vida, para a padronização dos atributos físicos que se opõem como belo/bom e feio/mau (MOTA-RIBEIRO, 2005, p. 36). Com a consolidação dessa cultura, no imaginário popular, cresce a perspectiva de limitação da mulher aos aspectos biológicos, negando a possibilidade de reconhecimento das qualificações feminina.

A teoria do “Eterno Feminino” explica o pensamento estático da produção e reprodução das representações do feminino, que negam as múltiplas possibilidades acerca do “ser mulher”. A teoria é estabelecida com identidade fixa, em que a mulher é confinada a figura maternal, responsável apenas pelos cuidados com os filhos, marido e lar, devendo abster-se de qualquer atividade pública ou política, por exemplo. Com a iniciação da revolução no seio da estrutura patriarcal, formada pelos anseios dos que viveram na era mais obscura do preconceito e repassadas aos novos integrantes da linha de frente do conflito, as especificidades dos grupos violentamente oprimidos deu início a dura batalha travada contra a ideologia dominante, visando romper a intolerância contra os grupos minoritários que, na verdade, juntos, somam a maioria.

Mas aos resistentes adeptos do Eterno Feminino, o reconhecimento das qualificações femininas tem gerado reação conflituosa, pois veem como ameaça ao que, até então, era o apropriado para a mulher em virtude do sexo biológico. Esse cenário nos mostra o quanto a desigualdade entre homens e mulheres está arraigada na sociedade, mostrando a necessidade de se debater e refletir sobre temas como a misoginia, principal causa do feminicídio. A misoginia

é o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas (TIBURI, 2018, p.106).

Com o desenvolvimento da indústria midiática, o contexto feminino passa a ser explorado com frequência, vendendo a imagem estereotipada da mulher e mostrando que o ser humano sempre necessitou usar da figura idealizada como respaldo para se fortalecer sob os olhos do outro e, aos moldes dos episódios passados a história se repete perpetuando padrões. Recorrendo à história, tem-se diversos exemplos de conquistas alcançadas por meio das estratégias midiáticas no Brasil e no mundo. Desde os triviais contos infantis às leis constitucionais, a mulher esteve sob submissão patriarcal. Apropriando-se inconscientemente desses argumentos como justificativa, a mídia participou da propagação de discursos que, de certo modo, ferem a integridade do indivíduo ou grupo cultural,

Tomando como referência o direcionamento apontado pela mídia como o ideal a seguir, entende-se o quanto é imprescindível para a sociedade conhecer como se dá esse processo para, então, perceber, interpretar e, principalmente, desenvolver o senso crítico sobre tais estratégias discursivas midiáticas como um ato de resistência às manipulações, contribuindo para uma mudança positiva acerca das produções midiáticas.

### **1.3 Mídia como formadora de opinião**

Mais que responder as perguntas O quê? Quem? Quando? Onde? Como? e, Por quê? O jornalismo conseguiu ultrapassar o limite das regras e das técnicas desenvolvidas para o auxílio do ofício. Sabe-se que os *Mass media* ou, mais popularmente, os meios de comunicação de massa, abrangem numerosos segmentos de atuação que se dedicam a representar a função social, na qual se colocam, o que justifica a atuação ativa dos veículos nas pautas de relevância social, especialmente. Do ponto de vista simbólico, é notável o lugar privilegiado que a mídia ocupa, sendo detentora de certo prestígio e poder.

Para explicar como os meios de comunicação chegaram ao *status* de “quarto poder”, fazendo alusão aos poderes legítimos, Ramonet (2013) aponta para a falha na estratégia de organizar a sociedade e fugir do absolutismo real a partir dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sistematizada por Montesquieu, no século XVIII. Acreditando que a estratégia fosse suficiente para manter o funcionamento pleno da democracia, pôs-se em prática a teoria dos três poderes. O Poder Legislativo assumiu o papel de representante do povo, criando as leis que, na teoria, garantem os direitos e deveres do povo. Ao Poder Executivo, cabe o poder político, com a função de executar as leis votadas. Quanto ao Poder Judiciário, compete o compromisso de fazer justiça única e exclusivamente em nome da lei. Embora independentes, os poderes têm o dever de funcionar harmoniosamente.

No entanto, Ramonet (2013) lembra que, com o passar do tempo, apesar de democrático, notou-se abusos por parte dos três poderes. Com esse sistema político imperando sobre o povo e a inauguração da imprensa, no século XIX, tem-se a chegada da opinião pública, representada como manifestação popular sobre o controle e direcionamento da nação. Na prática, não tão satisfatório quanto na teoria, o embate causado por essa estratégia abriu espaço para o surgimento de um novo fenômeno: o “quarto poder”. Para o autor:



A imprensa faz, constrói, cria opinião pública. Como diz Pierre Bourdieu, “a opinião pública não existe, ela é o reflexo dos meios de comunicação”; se não existisse comunicação de massa, não haveria opinião pública, e sim pressupostos ou crenças. [...], sendo um agente indispensável para o bom funcionamento da democracia atual. (RAMONET, 2013, p. 65).

Desse modo, operando entre a dominação hierárquica e a sociedade, os meios de comunicação se estabelecem, simbolicamente, como “quarto poder” ao assumir o papel de porta-voz do povo, transformando-se, assim, na opinião pública e passando a pressionar os poderes legítimos, além de transmitir o descontentamento ou desaprovação do povo em relação às atuações dos poderes clássicos.

Em Teorias do jornalismo – volume 1, Nelson Traquina (2005) explica do que se trata o jornalismo, embora admita que a tentativa de o conceituar numa frase, ou até mesmo num livro, seja um absurdo. Não obstante, o autor propõe que o jornalismo seja explicado como resposta às perguntas feitas pelas pessoas diariamente, envolvendo acontecimentos de qualquer natureza. O argumento defendido pelo autor dialoga com os dados obtidos por meio da pesquisa realizada pela Kantar IBOP Media (2017), em que revelam que 78% dos brasileiros consideravam importante se manter informados e 88% declararam consumir os meios de comunicação como principal meio de informação.

A potência que o jornalismo se tornou, de acordo com John. B. Thompson (2014, p. 35), culmina na capacidade de “intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão”. Nesse sentido, o jornalismo, em todas as suas segmentações, promove um alcance massivo da informação, apresenta-se eficiente no que diz respeito à função de promover mudanças, reforçando ou alterando a forma de se compreender determinado assunto e, ainda mais importante, trabalha em prol da população, a qual espera pelo serviço sem ter a quem recorrer além dos meios de comunicação. Mas o jornalismo, em termos de credibilidade, tem entrado em colapso, inclusive, perdendo a força que conquistou e, por esse motivo, passou a ser alvo de ataques, como veremos a seguir.

#### 1.4 Mídia, política e capitalismo

As expectativas em torno dos benefícios que os meios de comunicação trariam aos cidadãos acabaram sendo frustradas com o passar do tempo, pois só se cumpriram até certo ponto. De fato, não se pode negar que os preceitos que os meios de comunicação trazem como fundamentos sejam essenciais aos processos democráticos. É imprescindível para a garantia dos direitos sociais que o jornalismo atue nos processos judiciais ou administrativos, nas atividades dos poderes do Estado e organizações, dando visibilidade aos fatos com o propósito de defender o interesse público e exigindo a prestação de contas dos detentores dos poderes político e econômico, principalmente.

Nessa visão, o jornalismo não cumpre somente o papel de intermediador da informação, ao se colocar à disposição do ofício, mas também como defensor de uma causa, um bem maior, cuja finalidade, gira em torno de um bem coletivo como o previsto no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Ser jornalista já é assumir uma posição, é estar do lado da democracia, é lutar pela efetivação dos direitos sociais, é comprometer-se com leituras que engrandecem o ser humano (SILVA, 2013), é ter a capacidade de questionar, criticar e denunciar os abusos e desrespeitos cometidos contra a população.

Por outro lado, Ramonet (2013) aponta três fatores que levaram o jornalismo a ter sua credibilidade posta em dúvida. A princípio, os veículos de comunicação acabaram se pondo a serviço dos interesses dos grupos aos quais prestam serviço e, conseqüentemente, são controlados por eles. A esses, se constrói uma relação de lealdade incapaz de permitir que venha a público os escândalos e as corrupções, em que seus controladores têm alguma participação. A expressão “cão de guarda” que sustenta as noções de fidelidade e de proteção foi cunhada à profissão para designar a atuação do jornalista como defensor dos interesses públicos com potencial de confronto para questionar, criticar, denunciar e investigar.

Entretanto, em virtude dos interesses econômicas, passou a manifestar posicionamento de assessoria, levando a informação a ser confundida com a comunicação. Ao contrário da informação, a comunicação remete à instituição que a emite, portanto, o material é elaborado a fim de elogiar a instituição, trazendo informações que alavancam sua imagem positivamente. Quanto a informação tem função de contrapeso ao discurso institucional dominante, essa, por sua vez, representa a essência do jornalismo.

O segundo fator se deve as transformações estruturais do jornalismo – tais como a chegada da internet e a aceleração da promoção e difusão da informação – que fazem com que os meios sejam, cada vez menos confiáveis, logo menos úteis à cidadania. Para o autor, a ambição por rapidez sempre existiu nesse cenário, mas foi com o advento da internet que essa competição chegou ao nível mais elevado, causando mudanças radicais na prática jornalística no sentido de violar os princípios do jornalismo. Ao refletir a figura do jornalista como analista de uma jornada ou período, como a própria denominação remete, o autor registra que, em função das mudanças no ofício, não há mais o período, portanto, não há mais o jornalismo, visto que, para isso, demanda tempo, mas esse tempo foi dizimado com a busca incessante pelo imediato.

Na perspectiva criada pelo jornalista, diante da rapidez e da concorrência entre os meios de comunicação, perder tempo com isso significa perder a exclusividade, visto que o outro veículo já terá dado a notícia. É, nesse contexto, que o jornalista rompe com suas qualidades e especificidades, gerando estímulo a quem não é jornalista para divulgar informações de qualquer natureza (RAMONET, 2013). O autor sustenta ainda que a atividade que os profissionais da comunicação praticam atualmente, em todos os seguimentos da área é a de “imedialistas”, buscando divulgar a informação o quanto antes ou, mais precisamente, em tempo real, tal como costumamos ouvir dos informativos em tom de orgulho.

Em sintonia com Ramonet 2013), o jornalista Nilson Lage (2001) constata que o desespero pelo furo de reportagem, visando conquistar, cada vez mais leitores, contribuiu para que os veículos usassem a estratégia de plantar repórteres no maior número de lugares possível. Desse modo, notamos a presença deles em toda parte, nas repartições, nos sindicatos, nas empresas etc. Para o autor, essa foi a razão pela qual estabeleceu-se relações progressivamente menos éticas entre jornalistas e fontes. Lage (2001) lembra que o jornalismo amarelo – que expressa o exagero nas matérias, característica denominada sensacionalista e, cada vez mais, frequente na mídia – deixou marcas que definiram padrões de apuração e processamento de informações importantes ao meio jornalístico. Uma importante contribuição foi a valorização das fontes, que passaram a ser vistas como estratégia para reduzir os possíveis erros de apuração, por isso, estabeleceu-se que, antes de integrar a informação:

os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros para obter a versão mais próxima possível da realidade (*a lei das três fontes*: se três

peças que não se conhecem nem trocaram impressões contam a mesma versão de um fato que presenciaram, essa versão pode ser tomada por verdadeira), que a relação com as fontes deveria basear-se apenas na troca de informações e que era necessário, nos casos controversos, ouvir porta-vozes dos diferentes interesses em jogo (LAGE, 2001, p. 07, grifo do autor).

De acordo com Ramonet (2013), a celeridade nos processos jornalísticos também culminou no atropelamento das informações, onde as notícias são esquecidas na medida que novos acontecimentos vão surgindo. Além disso, a aceleração tem causado o acúmulo de informações falsas, imprecisas ou manipuladas e, sem seus desdobramentos esclarecidos, as informações permanecem distorcidas. Isso desperta a desconfiança do público, gerando o que o autor chama de “insegurança informativa”. E, dessa forma, o público passa a duvidar, cada vez mais, do que lê, ouve ou vê na mídia, sem contar com os frequentes ataques recebidos de autoridades com intenção de menosprezar o trabalho da mídia e fazer dessa estratégia um escudo para se manter livre dos julgamentos e impune das falcatruas descobertas e divulgadas pela imprensa. O atual Governo, por exemplo, é recordista em atacar os profissionais da imprensa e o jornalismo como um todo, seja proferindo palavras de baixo calão ou fazendo ameaças de agressão física, como o caso do jornalista que foi intimidado pelo Presidente da República com a frase “minha vontade é encher a tua boca na porrada, tá” (BOLSONARO, 2020), ao exercer sua profissão de repórter questionando o presidente sobre repasses de 89 mil reais, feito por Fabrício Queiroz (ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro) à primeira dama, Michele Bolsonaro.

Os ataques não se limitam ao campo profissional, ferindo a integridade moral do ser humano. Um exemplo claro foi o emblemático episódio da jornalista Patrícia Campos Mello, insultada pelo Presidente, com a seguinte frase “Ela queria um furo. Ela queria dar o furo... a qualquer preço contra mim” (BOLSONARO, 2020), utilizando o próprio jargão do jornalismo como trocadilho para ridicularizar sua condição de mulher e, após a fala do Presidente, risos admitindo chacota ressoaram, tanto do entrevistado quando dos entrevistadores que se faziam presentes no local. O ataque foi gerado pelo fato de Patrícia ter publicado, em 2018, uma reportagem denunciando um suposto crime eleitoral cometido por ele, por meio de mensagens em massa. Outros tantos episódios como os já mencionados foram praticados com respaldo na “insegurança informativa” gerada no público, com intuito de prejudicar o sistema midiático, abrindo espaço para a prática mal-intencionada de camuflar as condutas danosas à população.

A terceira consequência condicionada à credibilidade da mídia, apontada por Ramonet (2013), diz respeito a crescente independência dos veículos ao poder político, sobretudo, do poder econômico. Sem os custeios, via parcerias, os meios de comunicação sofreram problemas na rentabilidade, por esse motivo, boa parte dos meios foram se vendendo ou se integrando a grandes corporações. O resultado é o monopólio da informação, em que a oferta ao público é muito limitada. Resume-se a muitas publicações de veículos variados, mas pertencentes a mesma empresa, o que significa dizer que todos ou boa parte delas pertencem a mesma linha editorial. Para o autor, uma das controvérsias da natureza do ofício se desenha na relação entre o veículo e as corporações, visto que essa união resulta no funcionamento dos veículos como atores do mercado cuja missão é difundir as ideologias disfarçadas de informação. Por meio da ideologia promove-se as visões que caracterizam uma ideia de mundo ideal.

Atualmente os meios de comunicação têm operado, segundo o conceito de Louis Althusser (1980) ferramenta como ferramenta ideológica da globalização, referindo-se a dominação não pelo uso da força, mas sim pelo uso da ideologia que se preocupa em manter a classe dominante no poder. do mesmo modo que a Igreja funcionou catequizando os nativos no período da colonização da América. A mídia busca domesticar a sociedade a partir de seus interesses, entretanto, essa estratégia não tem sido eficiente, pois a sociedade vem percebendo os interesses por trás das benesses da mídia (RAMONET, 2013).

É de conhecimento público o fato de o jornalismo “cão de guarda” ter sido contaminado pelos interesses da elite. O resultado não era tão difícil de se prever, como em qualquer atividade tomada pelo poder econômico, a descredibilidade se estabeleceu sobre a ilustre função designada ao jornalismo, causando sua própria desmoralização. O poder que a mídia conquistou se transformou em um contrapoder aos poderes vigentes, porém, atualmente ele tem atuado como um poder complementar aos demais poderes, contribuindo para que as regalias dos poderosos líderes continuem e permaneçam sob total sigilo, o que incentiva ainda mais a ambição pelo descumprimento dos direitos do cidadão, oprimindo e mantendo a sociedade no estado atual (RAMONET, 2013).

Nesse sentido, o autor acrescenta que é fundamental entender que sem um contrapoder, a democracia não se cumpre, o jogo político, por exemplo, é um dos campos em que o jornalismo exerce atuação importante, pois, apresenta as condições necessárias para atuar como esse contrapoder, desde que siga com lealdade aos preceitos sob os quais se originou, combatendo tais irregularidades, cuja finalidade do sistema corrupto, dentro do jornalismo, é

acentuar a desvantagem da população sobre seus próprios direitos constitucionais e entregá-los nas mãos das lideranças. Esse paradoxo ocorre em função da aliança selada entre ambos e que põe a democracia em constante retrocesso.

Na mesma perspectiva, o filósofo Maurício Abdalla (2017) reitera com a crítica em torno do modelo de representação, no sistema democrático, instituído como forma de dar poder ao povo, por meio de um representante eleito. Para o filósofo, a representação adquiriu um fim em si mesma, uma vez que, ao invés de servir a coletividade, o poder democrático da sociedade limitou-se a escolha de um representante, respaldando-se, assim, ao regime da aristocracia, fazendo com que a democracia esteja vinculada ao sistema capitalista, responsável pelo controle dos representantes eleitos e, conseqüentemente, da sociedade. A esse sistema político deve-se a falta de defesa dos direitos coletivos.

O jornalismo que deveria ser defensor do sistema democrático, incorporou o poder e a cobiça por regalias, formatando, assim, o novo cenário da comunicação e se constituindo como um aparelho ideológico. Para tentar entender o funcionamento desse aparelho, escolhemos a Análise do Discurso para fundamentar as análises de produtos jornalísticos. Teoria que, a seguir, passaremos a conhecer os pressupostos teóricos.

## 2. ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA – AD

Embora existam estudos com foco direcionado à perspectiva literária no século XIX e XX e até mesmo antes, neles, já se ensaiavam as noções em que mais tarde convencionou-se chamar de Análise do Discurso (AD). Foram vários os nomes que contribuíram para as noções que constituem a AD, entre eles, Louis Althusser, Ferdinand de Saussure, Mikhail Bakhtin e Michel Foucault.

A partir de sua atuação política Marxista, o filósofo francês Michel Pêcheux, apontado como precursor dessa teoria, ao propor um campo de investigação em que objetiva incorporar a análise de condições de produções do discurso aos processos discursivos e conceber o discurso como objeto de estudo, finalmente, propõe a teoria da Análise de Discurso. O autor Sérgio Freire de Souza nos dá uma visão panorâmica do que trata a AD, na seguinte afirmação:

A AD vem exatamente pôr em jogo a linguagem e a ideologia, não em um processo somatório, mas em um processo fundamentalmente contraditório. A contradição aqui deve ser entendida não como algo indesejável, mas como princípio constitutivo da linguagem e da possibilidade de polissemia, de outros sentidos (SOUZA, 2006, p. 15-16).

O que significa dizer que, agora, transcendendo o sistema de signos e de regras adotados pela linguística, o valor simbólico ganha espaço e passa a ser atribuído ao discurso. Assim, temos a noção de discurso, definida por Pêcheux (1993), como a materialização da ideologia, levando em conta a carga ideológica, resultado das diversas vivências do homem. Notamos aqui como é impossível não deixar de transferir as próprias concepções ideológicas juntamente com a mensagem desejada, afinal de contas, a forma escolhida para constituir essa mensagem já aponta muito sobre o que não foi dito explicitamente.

Para Orlandi (2002), a Análise de Discurso, como o próprio nome indica, não se trata da língua ou da gramática, apesar de serem elementos que compõem o interesse da AD. Nessa concepção o que se considera é o discurso. A autora entende o discurso como “palavra em movimento”, que se materializa por meio da mensagem em suas variações de gênero cujo interesse é a significação. Na AD ao contrário da Análise de Conteúdo, a linguagem não é transparente (ORLANDI, 2002), tampouco neutra, muito pelo contrário, ela percorre um

caminho em que se desenvolve os processos históricos e ideológicos, desse modo, o discurso vem carregado de sentidos. Esses, por sua vez, são determinados pelas condições de produção, delas se extrai os sentidos que estão por trás do dizer. Essa relação língua/ideologia possibilita ao analista identificar os efeitos de sentidos presentes no enunciado, bem como as fragmentações provenientes de noções historicamente preestabelecidas. Resumidamente o que de fato interessa para a AD não é o “o quê” o texto diz e, sim, o “como” o texto diz (ORLANDI, 2002), por isso a AD é entendida como um gesto de interpretação.

As noções que delineiam a AD são resultado da associação entre Linguística, Marxismo e a Psicanálise, associação essa, que passaremos a conhecer melhor a seguir.

## 2.1 Filiações basilares da AD

A corrida em busca pelas definições da linguística abrange muitos autores, porém, tem notoriedade atribuída aos estudos do filósofo genebrino Ferdinand de Saussure. O referido estudo representa grande importância, pois as críticas não se limitam a historiografia linguística, mas se estendem às suas ideias e conceitos. “Parte-se de suas ideias ou vai-se contra elas em muitas das discussões postas em pauta na agenda linguística. A compreensão do referencial teórico da AD não está isenta da passagem do linguista” (SOUZA, 2006, p. 24).

No entanto, a linguística tem início com a independência da obra literária em relação ao contexto social, como o defendido nos estudos desenvolvidos pelos formalistas russos no início do século XX. Nesse estudo, solidifica-se o descompromisso da língua com o meio social, evidenciando assim o caráter autônomo da literatura e configurando a língua como sistema de signos fechada em si, vista apenas como ferramenta de compreensão entre membros de uma mesma comunidade linguística, o que nega a presença do histórico e do ideológico.

Foi essa pretensa dissociação entre o literário e o contexto social que começou a despertar as primeiras contribuições aos estudos da Análise de Discurso quando se distingue *Fábula* e *Sjuzhet*. Nessa perspectiva, Souza (2006, p. 23) vem elucidar Vladir Propp ao dizer que “*fábula* é o que aconteceu: o núcleo resumível, parafraaseável, recontável e cru de uma história. *Sjuzhet*, na outra ponta da dicotomia, é *como* o que aconteceu foi contado; e o modo de re-apresentar a história”. É com essa noção de recursividade e suas diversas realizações que a AD se identifica na linguística.



Mikhail Bakhtin filia-se aos estudos e tece críticas tanto positivas quanto negativas sobre as concepções linguísticas dos autores abordados e, vai além das críticas ao propor a evidência da *enunciação* e, “ao pôr o contexto como parte integrante da produção dos sentidos, Bakhtin igualmente promove as condições de produção a elementos fundantes da língua” (SOUZA, 2006, p. 31). Ao ser posto no mundo, o *enunciado*, entendido como língua, trabalha-se as condições em que foi produzido e, a partir de então, passa a ser *enunciação*. Essa, por sua vez, se diferencia pela incapacidade de repetição. A incapacidade se dá pelos diferentes contextos que compreendem o caráter histórico e social, já o *enunciado* pode se repetir inúmeras vezes, visto que, está condicionado somente a língua, (SOUZA, 2006). A possibilidade de repetição está associada ao processo sócio-histórico e ao ideológico como elementos constitutivos dessa noção, ou seja, recorre às condições de produção do enunciado, ao espaço externo. Essa possibilidade se dá pela apropriação do conceito Bakhtiniano sobre polifonia. Esta, por sua vez, é deslocada para heterogeneidade discursiva, nessa perspectiva as diferentes “vozes” presentes no discurso passam para “posições-sujeito” que abrigam, em sua materialidade, diferentes sujeitos e, conseqüentemente, diferentes vozes e ordens de saberes (NARZETTI, 2009). O sentido, no enunciado, é resultado de outros diversos discursos, esquematizados pelo sujeito, por meio dos saberes aprendidos e limitados pelos preceitos ideológicos em que circundam.

Quanto à ideologia, segue o mesmo processo de aquisições teóricas até chegar ao conceito adotado pela AD. Em suma, segundo Souza (2006), a palavra ideologia foi usada, pela primeira vez, pelo filósofo francês Destutt de Tracy no ano de 1801, mas “foi com a reação negativa de Napoleão, portanto, que o termo - que nasceu com um sentido positivo - passou a ter acepção asperamente negativa” (SOUZA, 2006, p. 46), visto que, para Napoleão, a teoria se apresentava como uma oposição ao seu Governo, indo ao encontro da perspectiva de ideologia com nascimento em Marx, propriamente dita, “caracterizava-se por ser um conjunto de ideias que a classe dominante utilizava para dominar a classe dominada, mascarando e distorcendo a realidade dessa classe” (SOUZA, 2006, p. 49). Basicamente, essa ideia reforça e perpetua o poder da classe dominante sobre a classe dominada, criando uma espécie de ilusão em suas reproduções de condições materiais, políticas e ideológicas. Visando manter a aparente legitimidade de um sistema de dominação. Por isso, Napoleão passou a referir-se a Tracy e aos demais simpatizantes da teoria como “ideólogos” no sentido pejorativo e sua intenção nada mais era do que diminuir ou depreciar o conceito neutro de Ciência das Ideias que Tracy havia proposto ao termo, inicialmente.

Louis Althusser acrescenta aos estudos da AD, os Aparelhos Repressivos de Estado e Aparelhos Ideológicos de Estado (ARE, AIE). “Ele propõe, então, uma teoria geral de Ideologia, contraposta a uma teoria de ideologias *particulares*, que, independente de sua forma (religiosa, ética, jurídica ou política), sempre expressam posições de classe” (SOUZA, 2006, p. 52). Entretanto, sua principal tese: “A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (SOUZA, 2006, p. 53), vem à tona após a concepção de que não há prática, a não ser através da ideologia, ainda que de forma negacionista. A crítica a teoria marxista de Ideologia, fundamentada por Foucault, refere-se à redução das relações de poder/saber a questões de poder e interesse de *classe*. A partir da reunião dos citados pressupostos a AD forma seu referencial teórico e cria seus próprios conceitos para pensar os discursos, os quais apresentaremos a seguir.

## 2.2 Formação Discursiva e Formação Ideológica.

Na Análise de Discurso, tem-se o sujeito de linguagem como ideológico, visto que, como afirma Souza (2014), a ideologia está vinculada a todos os processos da língua, bem como nas formas de comportamento dos indivíduos, pois suas práticas têm como base um posicionamento naturalmente ideológico, que antecede a racionalidade.

A memória discursiva é o elemento que se faz presente na Ad, como interdiscurso, resgatando os sentidos já ditos em outros momentos, em outros discursos e que já foram conceituados e serão acionados para compor um novo discurso, este, por sua vez, se encontra na base do pré-construído, funcionando como suporte do dizível e sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2002).

Paralelamente ao interdiscurso, temos a produção discursiva, explicada por Souza (2014), por meio das etapas: *formações ideológicas* (FI), *formações discursivas* (FD), *processo discursivo*, *superfície linguística*, *esquecimento número 1* e *esquecimento número 2*.

As *formações ideológicas* (FI) e as *formações discursivas* (FD), juntas, funcionam como mecanismo de produção de sentido. Os sentidos começam a ser trabalhados na formação *ideológica* e “se fazem e se refazem em função da nossa história e dos pensamentos que praticamos na nossa trajetória de sujeito” (SOUZA, 2014, p. 12). O autor reitera que a *formação ideológica* se constitui por “um conjunto complexo de atitudes e de representações que se relacionam às posições no mundo em conflito umas com as outras” (SOUZA, 2014, p.12).

Segundo o autor, a *formação ideológica* é o sentido em estado bruto e está condicionada à ideologia, entretanto, como a ideologia não está acessível a princípio, ela precisa de um meio que lhe dê vazão no discurso, esse meio é a língua e, posteriormente, resulta nas *formações discursivas*. Para Souza (2014), as *formações discursivas* são as manifestações das *formações ideológicas* no discurso. Elas se apresentam como formas subjetivas da percepção do sujeito sobre determinada temática. Funcionam como um filtro, fazendo com que o sujeito permita somente a passagem do que lhe favorece de acordo com suas ideologias.

O *processo discursivo* se configura como a seleção feita pela *formação discursiva*, que regula o sujeito, definindo os sentidos e os dizeres em que serão utilizados na *superfície linguística*. A *superfície linguística* é a parte que pode ser vista no primeiro momento, é tudo aquilo que é dito ou escrito sem pretensão sobre o que está subentendido. Essa parte é o texto.

O indivíduo, interpelado pela ideologia, age inconscientemente, produzindo sentidos ligados a uma *formação ideológica*. “O sujeito até esquece que o processo acontece, mas o processo acontece e acontece assim: o sentido é produzido pela ideologia, a ideologia se organiza em discursos, os discursos determinam as palavras que serão ditas” (SOUZA, 2014, p.13). Fazer o sujeito esquecer que ele próprio é ideológico, é a primeira função da ideologia, a esse fenômeno denomina-se *esquecimento 1*, também chamado esquecimento ideológico. É o resultado da forma pela qual a ideologia nos afeta, ou seja, ao falar sobre determinado assunto temos a ilusão de ser o pioneiro daquele sentido sem se respaldar em ideias predefinidas, quando na verdade o que fazemos é retomar os sentidos já existentes (ORLANDI, 2002).

Quanto ao *esquecimento 2*, a autora argumenta que é de ordem do enunciado, ele acontece quando o sujeito, interpelado ideologicamente, faz a seleção do enunciado, o que propõe formas alternativas de como argumentar sobre algo, mas que foram esquecidas em virtude do direcionamento ideológico. As possibilidades do dizer, apesar de múltiplas, se limitam ao favorecimento daquilo que se tem como verdade, causando a falsa ideia de que o texto está sendo criado naquele momento, livre de juízos preconcebidos. Esses conceitos-chave da AD serão utilizados neste trabalho, a fim de fundamentarem as análises, os quais serão aplicados conforme a própria metodologia da AD.

### 2.3 Metodologia da Análise de Discurso

O presente trabalho propõe-se a investigar os discursos presentes em matérias das revistas digitais *Veja* e *IstoÉ*, a fim de identificar os sentidos relacionados à construção da imagem da mulher. Os critérios para a aquisição do *corpus* foram os seguintes: Primeiro considerou-se a internet como principal mecanismo de informação pela sua completude no sentido de abarcar todos os outros meios de comunicação já existentes e pela instantaneidade que oferece. Desse modo, além de atrair pela sua múltipla funcionalidade e rapidez, possibilita, também, o aumento massivo de consumidores sobre o produto em questão. Segundo, optou-se por trabalhar revistas de notícias digitais brasileiras com maior notoriedade social e que abordam assuntos diversos, bem como retratam o universo feminino. O terceiro critério foi procurar matérias, cujos discursos fossem sobre a “mulher”, uma vez que, na pesquisa, a questão-problema se pauta na pergunta: qual o papel da mídia na construção da imagem da mulher?

O período de aquisição das matérias compreendeu os dias 29 de julho a 06 de agosto de 2021. Em função do curto espaço de tempo para a realização da pesquisa e ampla publicação de matérias das revistas em estudo, limitou-se ao número de 01 reportagem em cada revista, que totalizou o recorte de 02 amostras de cada lócus de pesquisa. As amostras utilizadas como *corpus* pertencem ao gênero reportagem. Entretanto, a segunda se manifesta com teor mais opinativo embora se apresente com a estrutura do informativo. O corpus foi eleito para compor o estudo em virtude da repercussão social causada por elas, nas redes sociais devido à forma como as duas mulheres foram exploradas. A primeira é exaltada por estar em uma condição de submissão, enquanto a segunda é menosprezada por não ceder aos padrões estabelecidos para as mulheres, além de terem sido publicadas na mesma época, ambas com intuito de interferir no contexto político do momento. As reportagens são as seguintes: “Marcela Temer: bela, recatada e do lar” e “Uma presidente fora de si”, veiculadas nas revistas *Veja* e *IstoÉ*, respectivamente.

Além do texto, as imagens ou símbolos também expressam sentidos, por isso, nas fotografias também há a possibilidade de interpretação à luz da AD. Em geral, a linguagem não verbal é um dos artifícios de representação para fortalecer o texto verbal, corroborando com a ideia apresentada no texto. Devido à sua capacidade de representar fatos e acontecidos, sua significação própria pode ser pensada como extensão do discurso verbal. Os elementos visuais

das reportagens em estudo contribuíram para a leitura dos sentidos encontrados, por isso também foram analisados. Selecionado o *corpus* de estudo, então, passou-se a aplicar o método da AD.

Primeiro, mapeou-se os sentidos de “mulher” presentes nas matérias selecionadas nos veículos citados, depois selecionou-se sequências discursivas (SD) em que se encontravam marcas textuais determinantes para o processo de análise. Nos procedimentos de análise, seguindo as orientações de Souza (2014), baseou-se em três perguntas heurísticas, que auxiliaram a evidenciar os sentidos. A primeira trata-se da pergunta: qual é o conceito-análise presente no texto? No caso desta pesquisa, qual o conceito de mulher nos produtos jornalísticos em estudo? Trata-se de uma pergunta autoexplicativa, pois o texto já traz um sentido sobre o conceito-análise ou será definido a partir da leitura. Depois perguntou-se como o texto construiu o conceito-análise? Pergunta repetida até que um sentido fosse estabelecido para o conceito-análise. Enquanto houve sentidos sendo produzidos pelo texto, a análise continuou até que o sentido do conceito-análise fosse saturado. Em seguida, se perguntou a que discurso pertence o conceito-análise construído da forma que o texto o constrói? Após a análise, foi possível evidenciar o funcionamento da ideologia no texto, definindo, assim, a que formação ideológica o texto pertence.

Ao pautar a construção da imagem da mulher, automaticamente, definiu-se o conceito-análise que foi explorado a priori, ou seja, pelo interesse do analista, antes mesmo de se iniciar a montagem do *corpus* (SOUZA, 2014). A princípio, com a leitura flutuante, que ainda não se preocupa com análise minuciosa, trabalhou-se a circunscrição do conceito-análise da presente pesquisa, a mulher. Em outras palavras, tratou-se da delimitação do objeto. A pesquisa baseia-se na abordagem qualitativa, que tem como fundamento o caráter exploratório, portanto, melhor se aplica a este trabalho, pois ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja,

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

A partir desse entendimento, é possível nos situarmos quanto à natureza da pesquisa, que se configura como básica. Quanto aos procedimentos, levou-se em consideração a pesquisa

bibliográfica para suporte das noções teóricas da Análise do Discurso de linha francesa, sob perspectiva do seu fundador, Michel Pêcheux (1993), alinhado aos estudos de Eni Orlandi (2002), Sérgio Souza (2014) e, para as concepções de jornalismo como mecanismo de construção social, ancorado nos pressupostos de Nelson Traquina (2005) e Ignácio Ramonet (2013). Além da pesquisa bibliográfica também se utilizou o campo virtual das revistas para o recorte das SDs.

Após conhecido o papel da mídia e a teoria da Análise de Discurso que será aplicada no presente estudo, a seguir apresentaremos a análise das matérias selecionadas, para identificar o papel da mídia na manutenção de estereótipos sobre a mulher.

### 3. ANÁLISE DO DISCURSO DE REPORTAGENS DAS REVISTAS *VEJA* E *ISTOÉ*.

Neste capítulo, será posta em prática a metodologia abordada no item 2.3 para fazermos a exploração dos desdobramentos acerca do conceito-análise “mulher” nos discursos de reportagens publicadas nos veículos digitais *Veja* e *IstoÉ*. Para melhor entendimento, faremos uso do recurso “*Itálico*” para apresentar as sequências discursivas (SD) textuais a serem exploradas e “**Negrito**” para destacar as sequências textuais no decorrer das análises. Quanto às SDs não verbais, também serão apresentadas no decorrer do texto sem separação das demais. As SDs serão ordenadas a partir da indicação numérica 1, 2, 3 e assim sucessivamente. Quando houver repetição de sentido, as SDs pertencentes a mesma formação discursiva, serão agrupadas a fim de organizar a análise.

#### 3.1 Discurso na reportagem da *Veja*

A revista *Veja* pertence à Editora Abril, fundada pelo empresário Victor Civita em São Paulo em 1950. A empresa é um conglomerado de mídia brasileira que atua principalmente no mercado de editoração, publicando títulos como *Veja*, *Claudia*, *Placar*, *Quatro Rodas*, *Superinteressante*, entre outros. A condição de produção do conteúdo a ser analisado refere-se a um momento delicado para a Presidência da República, visto que a chefe do executivo, na época, Dilma Rousseff, estava ameaçada de *impeachment* devido à acusação de crime de responsabilidade fiscal. Ocorre que o jogo político já apontava o vice-presidente, Michel Temer, para assumir a presidência do país, logo a esposa, Marcela Temer, se tornaria primeira dama.

A reportagem publicada no dia 18 de abril de 2016, às 19h14, na revista *Veja*, traz como título [Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”](#), o qual chamaremos de SD-1. A SD destaca os adjetivos **bela**, **recatada** e **do lar**, indicando-os como qualidades essenciais em uma mulher e, por isso, dignos de serem veiculados nos meios de comunicação como padrão a ser seguido. Nota-se que o sujeito discursivo, interpelado ideologicamente pelo contexto a qual pertence, recorre ao ponto de vista estético e biológico para atribuir o título de **bela** à Marcela Temer e, assim, propagar um conceito de beleza feminina ideal tais como os cabelos loiros e lisos, a pele branca e sem marcas de expressão ou manchas, olhos claros, além dos traços corporais mais

afinados como o nariz e o corpo magro (MAIA e FARIAS, 2020). Padrão originado no eurocentrismo<sup>1</sup> e, que se mostra predominante nos desejos femininos com base no alto índice de busca por procedimentos estéticos, visando uma aparência europeia.

Porém, os conceitos de beleza variam de acordo com o tempo, espaço e região. De acordo com Suenaga (2012), os egípcios cultivam a beleza de uma forma extravagante, os antigos hebreus tinham os rituais de asseio fundamentados no princípio de que o corpo era um presente e, por isso, deveria ser bem cuidado. Os gregos nos transmitiram o gosto pela harmonia, pela proporção das formas, pelo equilíbrio perfeito entre mente e o corpo Suenaga (2012). Naomi Wolf (1992) explica que a cultura da beleza “se fortaleceu para assumir a função de coerção social, que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar” (WOLF, 1992, p. 13), embora ainda existam nos meios de comunicação, porém, em menor escala.

Para a autora, ao atribuir valor às mulheres, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, manifesta-se relações de poder, pois, nesse âmbito da beleza, propicia-se um cenário de disputa antinatural entre as mulheres, que buscam recursos aos quais os homens se apropriarão. Essa competição se dá pela aceitação inconsciente da cultura da beleza como princípio básico, assim sendo:

As mulheres devem querer encarná-la, e os homens devem querer possuir mulheres que a encarnem. Encarnar a beleza é uma obrigação para as mulheres, não para os homens, situação esta necessária e natural por ser biológica, sexual e evolutiva. Os homens fortes lutam pelas mulheres belas, e as mulheres belas têm maior sucesso na reprodução (WOLF, 1992, p. 14-15).

Para alcançar essa percepção, o rito de beleza começa desde os primeiros dias de vida, as vestimentas, os acessórios e as cores, por exemplo, diferem as meninas dos meninos, bem como delimitam suas funções e restrições. Esse sistema de base se fortalece e, posteriormente, dá suporte ao conjunto cultural de crenças e costumes que regem o comportamento feminino da infância à vida adulta.

---

<sup>1</sup> Eurocentrismo é o termo utilizado para se referir à tendência de superioridade dos países europeus, cujas consequências marcam a centralidade do discurso e a condução da racionalidade em relação aos demais países.



O ato de induzir o público ao protótipo idealizado para a mulher coloca o discurso jornalístico em lugar opressivo e de fortalecimento ideológico da visão machista, a qual se apresenta na SD-1. Essa prática jornalística enfraquece os movimentos sociais de luta pela emancipação feminina. Lugar que contraria o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, pois, em tese, cabe aos veículos de comunicação e profissionais da área exercer o papel de mediadores isentos a lados partidários, confiáveis, mantendo sua autonomia em lutar pela liberdade de pensamento e expressão (FENAJ, 2007).

Porém, ao trazer os três termos no título, o sujeito discursivo reforça delimitações no imaginário popular, em que, dominada pelos anseios masculino, a mulher deve abster-se da vida política e dos olhares da sociedade, confinando-se ao paradigma “**do lar**”, contribuindo com a concepção secular de que a mulher “**recatada**”, que pouco aparece e quando aparece, está sempre na companhia masculina, aquela sobre a qual compete a função doméstica, dos cuidados da família, da criação dos filhos e que está sempre à disposição do marido, é a mulher vista como boa filha, boa esposa e boa mãe. Por longos anos, esse foi o padrão que a mulher foi obrigada a seguir para ser respeitada na sociedade. Embora essa idealização esteja sendo desconstruída, é com a ajuda da mídia que ela ainda consegue se manter entre os desejos femininos de pertencer a esse grupo e nos desejos masculinos de valorizar e se interessar por mulheres pertencentes a esse grupo.

A reportagem está acompanhada por um único recurso fotográfico em que Marcela Temer é o destaque, ao qual chamaremos de SD-2, vejamos a imagem.



Fonte: (LINHARES, 2016).

A SD-2 é a efetivação da harmonização entre os elementos que compõem o trabalho jornalístico. Trata-se dos recursos fotográficos. Essa ferramenta é amplamente usada pelos jornais online, sob a denominação de fotojornalismo. No campo jornalístico, ela é essencial para dar destaque ao assunto abordado, no entanto, sua maior responsabilidade é atestar a veracidade do que está sendo dito no decorrer da matéria, funcionando como uma prova concreta do fato noticiado.

No entanto, para Foucault (1999, p. 47), “não é um conjunto de signos independentes, uniformes e liso, em que as coisas viriam refletir-se como num espelho, para aí enunciar, uma a uma, sua verdade singular”. Mais do que concretizar a fatualidade e, mais do que servir como uma mera ilustração, a imagem também está ligada ao universo das mais diferentes línguas, aos quais seus signos têm significados distintos a partir de suas próprias terminologias e diversidade lexical, o que significa dizer que as imagens também produzem dizeres.

A fotografia usada para apresentar Marcela Temer na reportagem, expressa um ar de tranquilidade, sem preocupações ou irritações, mais precisamente, como um momento de celebração. Em sua volta, luzes desfocadas ao fundo concedem destaque total ao primeiro plano, Marcela, além de marcar o momento festivo em um ambiente elevado estabelecendo,

assim, uma relação direta à sua ascensão na posição social ao qual supostamente irá ocupar. A vestimenta também acompanha os adjetivos **bela, recatada e do lar**, empregados no título. Sem decote e cobrindo os ombros, resgata a memória discursiva do estereótipo da mulher domesticada no espaço privado do lar. Nesse sentido, considerando os signos imagéticos como instrumentos de linguagem e não apenas com função comprobatória ou referencial, a fotografia mencionada está munida de intencionalidade, sendo utilizada e organizada inclusive com intuito retórico, buscando dialogar com o cenário político favorável a Michel e Marcela Temer.

Outro elemento que vemos na SD-2 são os cabelos presos compondo o visual de Marcela, cuja simbologia fortalece o discurso de que ela é recatada, uma vez que os cabelos soltos simbolizam a rebeldia ou transgressão, ou seja, renúncia a limitações sociais, submissão à ordem dominante. O cabelo como meio de expressão está muito além da estética, é empoderamento, resistência, um ato político de luta por respeito.

O tom comemorativo do texto, em torno do cenário político, será observado também ao longo das SDs analisadas a seguir:

*SD-2: A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice (LINHARES, 2016).*

*SD-7: Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou – ainda quer ter uma menininha (LINHARES, 2016).*

*SD-10: Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (LINHARES, 2016).*

Observamos que a mesma FD continua na linha fina da reportagem, denominada SD-2. Ao se referir a Marcela como “**a quase primeira-dama**”, o sujeito discursivo deixa transparecer um tom eufórico, revelando certo contentamento com o contexto e uma tentativa de promover a **jovem, bela, recatada, do lar e quase primeira-dama**, como exemplo de mulher realizada e feliz em virtude de suas características físicas. Idealizar o perfil de Marcela Temer como o preferível e desejável para as mulheres se traduz como estratégia capaz de despertar nelas, a disputa antinatural que tem como propósito o contexto matrimonial, em função do homem.

Com o mito da beleza se erguendo no subconsciente da mulher, com o passar do tempo, os distúrbios relacionados à alimentação cresceram em ritmo acelerado, o que acabou contribuindo não só com a transformação do modo como as mulheres se veem diante do espelho como também alavancou a indústria de cirurgias plásticas de natureza estética, tornando-a uma das maiores especialidades médicas (WOLF, 1992). Mesmo com a luta das primeiras feministas, o padrão sobre a mulher conseguiu se estabelecer e:

Os Ritos, no entanto, reformularam o pecado original de modo que nenhuma jovem pudesse achar ser cedo demais para se preocupar com as marcas da feiúra feminina — envelhecimento ou gordura — invisíveis em seu interior desde o nascimento, esperando o momento de se revelarem. (WOLF, 1992, p. 125).

A almejada juventude requer cuidados e, muitas das vezes, o uso de métodos insanos, causando sérios problemas à saúde ou, até mesmo, causando o óbito. Entretanto, para as mulheres, ainda que essa exigência não seja feita aos homens, nenhum risco e esforço parece ser mais sacrificante do que perder o aspecto **jovem** ao qual a reportagem destaca.

Ainda na SD-2 exalta-se Marcela por **aparecer pouco**, porém, embora não exerça nenhuma função política oficial, representa o papel de acompanhante do presidente em cerimônias oficiais, o que nos remete à posição secundária em relação ao homem. Além de carregar a missão de ser exibida ao público como modelo de esposa e, conseqüentemente, de família perfeita, na maioria das vezes, a primeira dama é designada para exercer ações sociais sob as verbas do Poder Executivo, denotando ao contexto de Estado paternalista em que é o pai que sustenta financeiramente e a mãe é a responsável pelos cuidados (BBC, 2019).

O mito do instinto materno (BADINTER, 1985) aparece nas SDs 2, 7 e 10, reforçando a convicção de que a mulher nasce obrigada a desempenhar a função reprodutora e, posteriormente, deve tomar para si a responsabilidade de cuidar e educar os filhos, pois ao pai, não cabe essa função por dois motivos. O primeiro deve-se pelas diferenciações propriamente biológicas que atribuem à mulher singularidades tais como Beauvoir (1970) mencionou, por exemplo, tamanho corporal, peso, esqueleto frágil, bacia mais larga em função da reprodução, força muscular menor, entre outras particularidades. A essas particularidades os antigos regimentos de divisão de tarefas, as proclamaram à nível secundário ao homem e, de certa maneira, ainda interferem em suas atividades na atualidade.

O segundo, justamente por ser detentor de potência física mais elevada, o que lhe permite trabalhos braçais mais pesados e, por esse motivo, seriam mais difíceis ou impossíveis de serem realizadas com o mesmo êxito dos homens, pelas mulheres, além disso, foi enraizada para o homem a crença de que os afazeres domésticos são obrigações mais delicadas, portanto, é tarefa feminina e por isso o homem se vê desonrado ao realizá-las.

SD-3: *Marcela Temer é uma mulher de sorte* (LINHARES, 2016).

SD-4: *Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país – e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som (...), a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família. Lá, protegido por quatro seguranças (...), o casal desfrutou algumas horas de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente* (LINHARES, 2016).

SD-9: *Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu curriculum vitae um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar* (LINHARES, 2016).

Na SD-3, a **mulher de sorte** e o casamento com um homem mais velho, detentor de experiência, sabedoria e pertencente ao cenário político, o que lhe privilegia desfrutar de certo poder, soa como a conflituosa concepção do casamento por interesse, em que a mulher, vista como ambiciosa, capaz de qualquer coisa por dinheiro, casa-se por interesse em manter uma vida luxuosa e de *status* sem o esforço do trabalho, como o que se entende na SD-9, em que, na base da construção da **mulher de sorte** se estabelece as vantagens que o poder do dinheiro lhe proporciona como a isenção das tarefas do lar, por exemplo, que, se vistas pelo lado dos impactos físicos, favorece o cansaço, o estresse e demais lesões provocadas pelas repetições a longo prazo que são elementos considerados inimigos da beleza feminina, ainda que os ensinamentos desde a infância construam sobre o imaginário feminino a dependência financeira, afetiva e emocional da mulher.

A ideia se reafirma na SD-4 após o sujeito discursivo associar as **provas de paixão** ao dinheiro quando descreve o jantar romântico **na sala especial do sofisticado, caro e badalado**

**restaurante Antiquarius** que, habitualmente caro, com ajuda de recurso financeiro, foi possível ser esvaziado para dar conforto e privacidade exclusivamente ao casal. Regada a nomes famosos na alta sociedade como profissionais das mais variadas áreas de atuação, os elementos contidos na SD chamam atenção para o aparato de alta tecnologia e o sistema de segurança juntamente com a comodidade que o poder econômico proporciona. Nesse desfecho, fica nítida a relação entre a paixão e o luxo, estabelecendo para a mulher, carácter negativo.

Ao enquadrá-la nesse contexto, o sujeito acentua a posição de mulher aproveitadora, baixa, de índole duvidosa, que só se relaciona ao perceber vantagem econômica e que não usufrui de sentimentos verdadeiros, está sempre à mercê de bens materiais e usa o corpo e a beleza para progredir. Preceito que levou a mulher a ser condenada a uma posição de duras críticas e os vestígios dessa concepção ainda reverberam na atualidade, especialmente, em casos matrimoniais em que a mulher é mais jovem que o homem. Com o contexto de “interesse” estabelecido na sociedade, as críticas desrespeitosas sobre a mulher se sobressaem.

Ainda mais grave, a “vantagem” da beleza feminina começou a transmitir, ao mesmo tempo, uma condição de desmoralização, na qual a aparência, a forma de se comportar e de se vestir passou a ser usada contra ela própria para justificar os assédios e as demissões, ou seja, o que os trajes das mulheres tentam dizer é interpretado erroneamente de forma contínua e deliberada (WOLF, 1992). Não é à toa que em diversos casos de assédio contra a mulher, ouvimos a justificativa infundada de que a mulher provocou o abuso ao usar roupas curtas e atraentes.

*SD-5: Marcela se casou com Temer quando tinha 20 anos. O vice, então com 62, estava no quinto mandato como deputado federal e foi seu primeiro namorado. (LINHARES, 2016).*

*SD-6: Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abrigará seus incisivos centrais, é o único filho do casal (Temer tem outros quatro de relacionamentos anteriores). (LINHARES, 2016).*

*SD-8: No Carnaval, Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo. Temer iria depois, mas, nos dias seguintes, o plano foi a pique: o vice ligou, dizendo que estava receoso de expor a família, devido aos ânimos acirrados*

*no país. Pegou Marcela, Michelzinho, e todo mundo voltou para casa* (LINHARES, 2016).

Na SD-5, o emprego da condição, **primeiro namorado**, demonstra-se uma sintonia com a realidade observada durante anos, ou seja, ativa na memória discursiva, a informação de que as mulheres eram instruídas a aceitar sem questionamento as interpretações religiosas, em que se pregava a castidade como sinônimo de pureza espiritual. A afirmação no texto nos remete à repressão sexual em torno da mulher. Em muitas tradições, especialmente, nas religiosas é comum que seja exigido da mulher a santa castidade, em contrapartida, quase não se cobra aos homens.

O destino da mulher foi fundamentado ao que se entende como moralismo, originado pelos segmentos religiosos. Logo, à quem infringir as ordens da moralidade, está sujeito ao sentimento da culpa, vergonha e punição pelo pecado cometido. Nesse sentido, Beauvoir (1970) atenta para o fato de a mulher ser tomada como propriedade privada, pois aprende a ser dominada, a princípio, pelo pai que detém todos os poderes sobre ela e, posteriormente, com o casamento, ele transmite o domínio em sua totalidade ao marido.

E como propriedade do homem, “ele a quer virgem e dela exige, sob a ameaça dos mais graves castigos” (BEAUVOIR, 1970, p. 104). O contexto do relacionamento único abre espaço para o fato de Marcela não ter herdeiros de relacionamentos anteriores, o que compõe o cenário de posse, configurando a virgindade como o elemento fundamental, visto que:

A maneira mais segura de afirmar a posse de um bem é impedir que os outros o usem. E, depois, nada se afigura mais desejável ao homem do que o que nunca pertenceu a nenhum ser humano; a conquista se apresenta, então, como um acontecimento único e absoluto (BEAUVOIR, 1970, p. 196).

Sem o mesmo pudor exigido à mulher, o homem se vê livre para praticar o que é ensinado para a mulher como o errado. Atualmente, ter outros relacionamentos não é visto como um crime, passível de punição. Tampouco diminui seu valor, bem como não se deve ser motivo de julgamento da sociedade, assim, ter **filhos de relacionamento anteriores** como o sentido retratado na SD-6 não há contrariedades. Desse modo, contrariando a liberdade feminina, o sujeito discursivo relembra a ideia de posse sobre a mulher. Nesse sentido, Beauvoir (1970) destaca o privilégio masculino: “Como é sua propriedade, como o escravo, o animal de carga,

a coisa, é natural que o homem possa ter tantas mulheres quantas lhe apraza” (BEAUVOIR, 1970, p. 103), sem as mesmas restrições ou penalidades adotadas às mulheres.

Relegada aos papéis públicos e aos olhares de outros homens, a mulher foi submetida aos caprichos do marido. A posse constituída pelo matrimônio permitiu ao marido o direito de impor as ordens sobre a esposa, que cumpre o papel de boa esposa, acatando as ordens. Percebemos essa intimidação na SD-8, quando o verbo **pegou** foi acionado para descrever um momento em que Marcela e o filho tiveram que retornar para casa por determinação de Michel Temer, que predominou sobre a vontade de Marcela. Percebe-se ainda que o termo reforça a objetificação da mulher, funcionando como indicador de um objeto qualquer, que pode ser pego a qualquer momento ou maneira sem que precise de autorização prévia, o que significa que o indivíduo em questão está posto a nível de objeto, sem considerar os aspectos que o definem enquanto indivíduo, bem como o estado emocional ou psicológico, por exemplo.

SD- 10: *Pedia luzes bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro* (LINHARES, 2016).

SD-12: *Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”* (LINHARES, 2016).

Na SD-10, podemos observar no termo **educadíssima**, o retrato da mulher burguesa, pertencente ao *status* mais alto dentro do regime capitalista e detentora de muitas riquezas, moldada sob o requinte dos costumes da elite, agregando um conjunto de comportamentos que vão da delicadeza dos gestos à maneira de falar. Qualidades, essas, que entram em contraste com as noções que marcam a criação da mulher da classe proletária, em que a precariedade se apresenta como o fator que a sustenta na fala, nos gestos e no comportamento, a grosseria empregada aos grupos mais vulneráveis financeiramente costuma subestimar a capacidade intelectual do indivíduo de modo a inferiorizá-lo.

Mais adiante, fazendo alusão aos contos de fada, a SD-12 apresenta a imagem de uma segunda mulher para evidenciar ainda mais as características de Marcela Temer. A admiração manifestada à Princesa de Mônaco, na sequência discursiva **tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly**, ativa a memória discursiva relacionada aos contos infantis que fascinam o imaginário das meninas, com as narrativas das belas donzelas indefesas e que vivem à espera



do príncipe encantado. Disseminados também por meio da literatura infantil, desenhos animados e pelos meios de comunicação, os contos são detentores de uma boa parcela da construção desses princípios, pois:

forneem-nos igualmente pistas riquíssimas para percebermos como é que os indivíduos, praticamente desde que nascem, adquirem uma predisposição para opor a heroína/bonita/boa à vilã/feia/má. Veja-se, por exemplo, a Cinderela, a bela heroína que enfrenta as suas irmãs, as feias vilãs (MOTA-RIBEIRO, 2002, p. 36).

O prestígio empregado sobre a cultura da realeza teve e tem grande repercussão e apreço, pois, nota-se que, mesmo com o passar do tempo o estereótipo da princesa consegue se manter na sociedade, especialmente, entre as crianças, que são induzidas a seguir a delicadeza da princesa e a soberania do príncipe. Essa cultura tem uma parcela de contribuição para que à mulher se projetasse, com rigorosidade, a obsessão pelos aspectos físicos. A beleza representada, em conjunto com o contexto matrimonial, a qual Marcela está inserida, remete às artimanhas do jogo político, conferindo ao casal as qualidades: beleza, bom comportamento, equilíbrio e harmonia, o que nos põe diante de uma proposta em que a presidência do país estará em boas mãos com Michel Temer governando.

A beleza de Marcela Temer surge como antídoto à possibilidade da emergência de um novo feminino, ela encarna a manutenção de um padrão de mulher valorizado pela estética midiática e que, além disso, sugere um retorno a papéis convencionais desempenhados pelas mulheres no espaço público (DANTAS, 2019, p. 123).

Portanto, ainda que não seja citada na reportagem, automaticamente os sentidos contidos nas entrelinhas nos direcionam para um contraste entre a imagem das mulheres Dilma Rousseff e Marcela Temer, ou seja, a mensagem subentendida é de inferioridade de Dilma, por não se enquadrar nos rigorosos padrões estéticos estabelecidos para a mulher no que diz respeito aos quesitos bela, recatada e do lar. Dilma, uma mulher madura, com marcas naturais do tempo e sem mostrar interesse exagerado pelos métodos rejuvenescedores e de emagrecimento, atesta sua participação no convívio social com certa estranheza por se apresentar sem as curvas corporais livre de gordura, pele lisinha, gestos delicados, ou mesmo, por manter a postura de

liderança, com sede de revolução, que vai contra os antigos costumes em que as mulheres estavam sempre à sombra dos homens, sem voz e vez nas decisões.

SD-14: *Três anos atrás, Temer lançou o livro de poemas intitulado Anônima Intimidade. Um deles, na página 135, diz: “De vermelho / Flamejante / Labaredas de fogo / Olhos brilhantes / Que sorriem / Com lábios rubros / Incêndios / Tomam conta de mim / Minha mente / Minha alma / Tudo meu / Em brasas / Meu corpo / Incendiado / Consumido / Dissolvido / Finalmente / Restam cinzas / Que espalho na cama / Para dormir”* (LINHARES, 2016)..

SD-15: *Michel Temer é um homem de sorte* (LINHARES, 2016).

Notamos que, para o sujeito discursivo, em razão da criação sob força dos anseios masculinos, se reforça o dever da mulher em deslocar-se de sua realidade para se encaixar nos padrões estabelecidos pela sociedade e, dessa forma, ser valorizada pelos homens. Essa ideia é verificada na SD-15, em que Michel Temer é declarado **um homem de sorte**, uma vez que ele teve o privilégio de casar-se com uma mulher com o perfil de Marcela: loira, branca de olhos claros, características destacadas para representar o retrato da mulher “**bela**”, além de ser reservada aos serviços do lar, longe da vida pública, dedicada aos cuidados do filho e da própria aparência, além de estar à disposição das exigências do marido como observado por Malta e Santos (2016), que apontam para dois aspectos no discurso. O primeiro refere-se à posição de Marcela no espaço público descrito pelas fontes consultadas e o outro, no espaço privado, observado na SD-14 e descrito pelo próprio Michel Temer, que, na condição de marido, o tornou público por meio do livro de poemas intitulado Anônima Intimidade.

Em público, Marcela é recatada, discreta, educadíssima, usa vestidos na altura dos joelhos e de cores claras, luzes bem fininhas e aparece pouquíssimas vezes. No privado, de vermelho, flamejante, olhos brilhantes, lábios rubros, para satisfazer os desejos do marido. Dele, restam cinzas, que espalha na cama, para dormir (MALTA E SANTOS, 2016).

Notamos por meio das duas vertentes supracitadas que, nas divisões de papéis, o homem é considerado o chefe do lar, o provedor, a autoridade com autonomia para decidir regras e funções e a mulher como cuidadora do lar, reclusa somente às suas atividades do lar e designada aos prazeres do marido (MALTA; SANTOS, 2016). Nota-se que o sentido empregado à mulher

a coloca subordinada à ideologia machista, o que prova que a ideologia machista ainda está presente no produto jornalístico em estudo. Essa ideologia se opõe à bandeira do empoderamento feminino como meio de combater as opressões sofridas pelas mulheres. O “poder” a qual o empoderamento se refere é resultado de um estímulo que age diretamente no subconsciente do indivíduo e consegue despertar nele:

[...] autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor (BERTH, 2019, p. 18).

Ao compreender a proposta do feminismo, percebe-se o quanto o movimento é importante para a percepção da forma como a mulher é representada, especialmente, no meio midiático, permitindo o desencarceramento pelo mito da beleza e, conseqüentemente, das privações de seus direitos de cidadã e, especialmente, o seu desligamento do padrão que mais mata no país, a estética corporal.

Diante do exposto, fica evidente, por meio das análises das sequências discursivas, que o discurso presente na reportagem se filia à ideologia machista, o que aponta para prática jornalística tendenciosa e de manutenção do pensamento de inferiorização da mulher na sociedade, uma vez que o discurso da mídia é entendido prioritariamente como verdadeiro e correto. Logo, tem poder de manter ideias por se situar numa hierarquia superior aos discursos dos movimentos feministas, por exemplo. Refletir sobre o uso da palavra na prática jornalística é importante, pois:

‘o discurso jornalístico produz leituras do mundo (...) ele interpreta (e, até mesmo produz) os acontecimentos...’ (1999, p. 103). A análise de discurso vai justamente desnaturalizar para o sujeito jornalista a evidência da anterioridade dos ‘fatos’ em relação ao seu relato na mídia, mostrando a esse profissional o seu gesto de interpretação, que ‘se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção...’ (idem, p. 18-19 *apud* SILVA, 2013, p.3)

A tomada de posição ideológica machista na reportagem constituirá uma leitura de mundo na sociedade, a qual tem poder, devido aos leitores terem no discurso da mídia o efeito

de verdade. A matéria pró-governo, na tentativa de exaltar a mulher com atributos bela, recata e dor lar, revelou, portanto, filiações à ideologia machista. Passemos aos gestos de interpretação da segunda matéria em análise, a qual se posiciona contrária ao Governo.

### 3.2 Discurso na Reportagem da IstoÉ

A Revista IstoÉ pertence à Editora Três fundada por Domingo Alzugaray em São Paulo no ano de 1972. A empresa também é um conglomerado de mídia que atua com editoração de títulos como *IstoÉ*, *IstoÉ Gente*, *IstoÉ Dinheiro*, *Status*, *Menu*, entre outros. A chegada de Dilma Rousseff ao cargo máximo do Executivo no Brasil, em meio a um contexto que, até então, era restrito à administração masculina, fomentou expectativas positivas para as mulheres, visto que a discriminação contra a mulher na política sempre foi um obstáculo. Por isso, a conquista também carregava a esperança de que, finalmente, fosse possível alavancar a participação das mulheres no campo político, fomentar a representatividade feminina, além de viabilizar a inclusão das pautas feministas na agenda política. Porém, o cenário repressivo foi observado, desde o início da gestão com o preconceito de gênero, até o momento de aproximação do impeachment, tanto em matérias escritas por profissionais da imprensa quanto pelo público leitor que reproduzia o discurso da mídia em plataformas digitais.

A revista IstoÉ divulgou a reportagem intitulada [“Uma presidente fora de si”](#) no dia 01 de abril de 2016, às 20h00. As condições de produção eram a do momento em que se articulava o afastamento da primeira mulher eleita para governar o Brasil. Chamaremos de SD-16 ao título da reportagem.

Na SD em estudo, observa-se o termo **presidente**<sup>2</sup> fazendo referência à Dilma Rousseff mesmo após ela solicitar a substituição da denominação “presidente” por “presidenta” tanto em documentos oficiais quanto em referências a ela feitas pela mídia. A manutenção textual de presidente, neste caso, aponta para desaprovação não somente ao uso de “presidenta”, mas também quanto à atuação política de Dilma. Com a inauguração do termo “presidenta”, Dilma se afirma não só como eleita e reeleita pelo voto popular, mas também potencializa seu lugar numa posição de liderança e destaque representando o papel único e pioneiro de representante

---

2 Faremos uso da denominação presidenta ao fazermos referência à Dilma Rousseff.

das mulheres na democracia brasileira, posição essa que, majoritariamente, foi ocupada por homens e que jamais foi vista ou cogitada antes (TIBURI, 2018). “Fato é que Dilma Rousseff, ao dizer-se “presidenta” causou mal-estar ao machismo. Interrompeu, talvez sem perceber, o jogo de linguagem machista da história da política no Brasil” (TIBURI, 2018, p. 108). A ausência da definição “presidenta” é predominante ao longo do texto, caracterizando a misoginia empregada às mulheres e transmitida de geração a geração, colocando homens e mulheres em lados opostos.

Sem mostrar a imparcialidade, preconizada pelo jornalismo, a SD-16 descreve Dilma como **fora de si**, expressão que revela uma memória discursiva historicamente construída no campo da psicanálise, área em que se concentra a investigação sobre a mente humana, ajudando a tratar distúrbios mentais e neuroses, problemas mentais considerados mais profundos e que necessitam de maior cuidado. A relação traçada na SD, coloca a presidenta no contexto dos distúrbios mentais, representando perigo e reforçando o estereótipo da mulher histérica e desequilibrada mentalmente. O diagnóstico da histeria foi um marco no nascimento da medicina psiquiátrica como ciência, na segunda metade do século XIX e, posteriormente, contribuiu para o surgimento da psicanálise no século XX (BOTTON, 2020). Com exclusividade às mulheres, a histeria deriva da palavra grega *hystero* que denota “útero”, logo, está associada a uma série de manifestações comportamentais que definia as mulheres como doentes e, por isso, precisavam ser diagnosticadas, tratadas e curadas da loucura e, assim, destinadas, mais uma vez à exclusão do protagonismo social, mas sendo preservadas para a maternidade e o trabalho da criação dos filhos (BOTTON, 2020).

Dessa forma, o termo se mantém em sua função de nomear o insano em contraposição ao normal, ao saudável e contribui, assim, para o estabelecimento de uma hierarquia constitutiva da relação entre masculino e feminino (BOTTON, 2020), gerando também uma forma de exclusão de mulheres do controle e decisões referentes ao convívio social. Logo, temos indicação de formação ideológica machista presente no título da matéria jornalística.

Em seguida temos o primeiro recurso fotográfico da reportagem, ao qual chamaremos de SD-17.



Fonte: (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).

Na SD17, observa-se uma imagem com cerca de 90% em tons escuros acompanhando a figura da mulher política, Dilma Rousseff, ao centro da fotografia. Logo, uma mensagem subliminar parece despertar no leitor a ideia de tempos sombrios no governo Dilma, especialmente, por mostrar a presidenta de costas, com as mãos fechadas no alto, cabeça inclinada para baixo, em gesto de fúria e angústia ao mesmo tempo.

A fotografia carrega sentidos que somado ao título “**uma presidente fora de si**” causam o efeito de sentido no leitor de que a postura da presidenta é de quem não tem mais o controle. O discurso presente na imagem é uma tentativa de comprovação do desespero e até incapacidade da presidenta para governar, ou seja, desqualificar a chefe do executivo e até insinua pouca saúde mental para exercer as atribuições presidenciais.

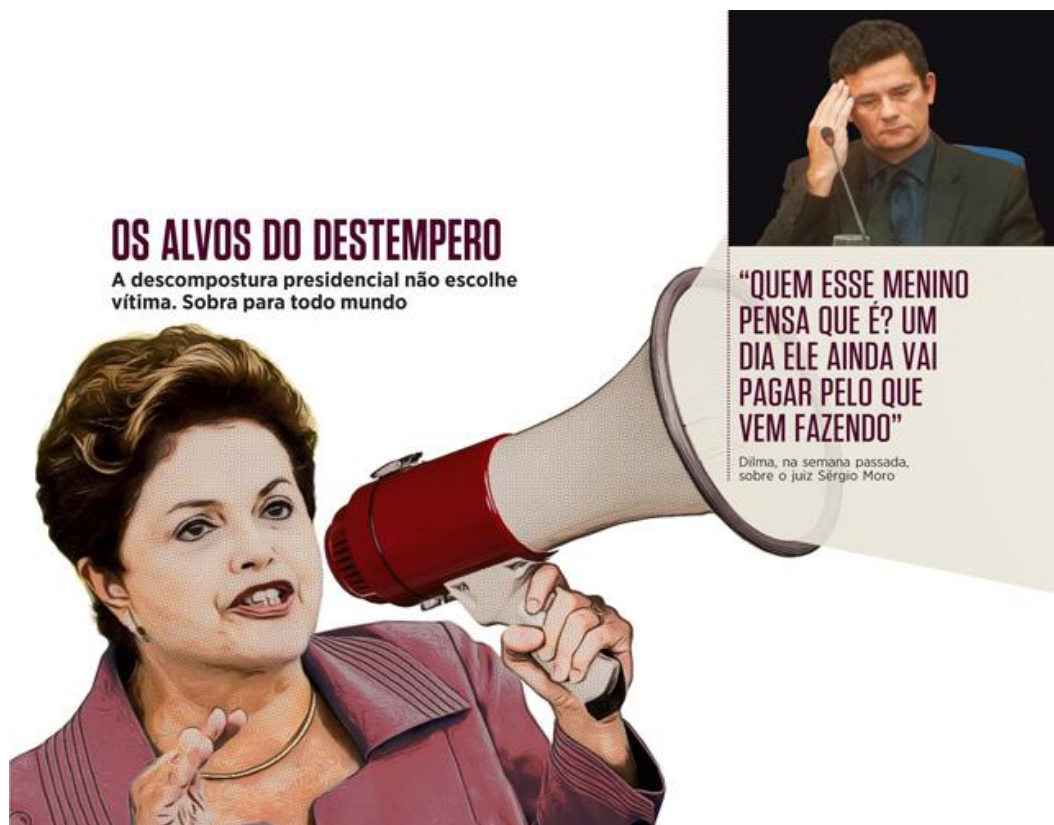
Dilma Rousseff, além de tudo, não é a mulher dos moldes da branquitude burguesa, europeia e obediente. Ela está longe de ser a “bela, recatada e do lar” [...] Contra isso, revistas tentaram fazê-la passar por louca, má, agressiva, doente. Manipulações da imagem fazem parte da era do espetáculo político (TIBURI, 2018, p. 113).

O fato de Dilma não se respaldar no estereótipo padrão estabelecido para as mulheres, acabou revelando o aporte do machismo enraizado na sociedade, para incriminar uma mulher

em condição de poder político. É possível perceber o quanto as manobras políticas ultrapassam os limites políticos e passam a atingir a vida pessoal da presidenta. Desse modo, observa-se que tanto seu visual quando seu comportamento são alvos de ofensas para deslegitimá-la em suas atribuições profissionais.

A prática caluniosa e de discriminação é comum ser vista entre as oposições político partidárias. Entretanto, a utilização desse artifício pela mídia, como campanha política para conquistar simpatizantes e eleger candidatos aliados, não só excede o profissionalismo como também passa por cima do Código de Ética dos jornalistas brasileiros que deixa claro que o jornalista não pode “usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime” (FENAJ, 2007). Incitação da violência se dá partir do momento que a estratégia, gera no público, um sentimento de revolta em decorrência de um suposto descontrole que só prejudicaria as ações do país, o que contribui para que uma onda de violência seja promovida contra a presidenta e seus aliados, além de enfraquecer o poder democrático da sociedade que passa a ser manobrada pelas estratégias políticas.

A seguir temos a SD-23.



Fonte: (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).

A SD-23 se apresenta com uma linguagem mista, em que os elementos visuais se cruzam com o verbal, tornando o diálogo mais prático ao leitor. A linguagem clara, em termos de acessibilidade a todos os públicos, é um dos preceitos de inclusão, adotados pelo jornalismo para que seja possível se consolidar como o instrumento de luta social, visto que, por meio do conhecimento, se instiga reflexões que levam à revolução. Nesse sentido, observa-se um desvio desse preceito quando a SD deixa o dever de informar para estimular mais interpretações ou reforçar as acusações das SDs anteriores.

Na imagem, observa-se uma espécie de título “**os alvos do destempero**”, seguido de um subtítulo “**a descompostura presidencial não escolhe vítima. Sobra para todo mundo**”, abaixo, a imagem da presidenta Dilma segurando um megafone em ato de argumentação. No canal de saída sonora do equipamento está a frase “**quem esse menino pensa que é? Um dia ele ainda vai pagar pelo que vem fazendo**”, simulando agressividade na fala, seguida da informação do sujeito “Dilma, na semana passada, sobre o juiz Sérgio Moro”. Logo acima da frase está a imagem do juiz Sérgio Moro com a mão esquerda posicionada na altura da cabeça com as pontas dos dedos tocando levemente a parte superior do rosto e olhos fechados, indicando aborrecimento. Podemos também analisar a palavra “menino”, que usada para se referir ao outro faz emergir também o sentido de quem fala é velho, no sentido negativo do termo, ou seja, alguém que está sendo superada pela juventude. O desfecho da leitura parece, portanto, nos levar a crer na autenticidade do desequilíbrio mental da presidenta e por outro lado leva também ao sentido de superação por ser velha. Ambos sentidos não se enquadram na postura equilibrada do comportamento presidencial.

Na mesma perspectiva, a próxima imagem, SD-24, exhibe cinco episódios que envolvem a presidenta de forma negativa.





Fonte: (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).

Na SD-24, o sujeito discursivo faz revelações acerca da forma de tratamento da presidenta Dilma com funcionários e aliados, em que o viés autoritário é impasse para o bom relacionamento entre as partes envolvidas. As imagens estão acompanhadas pelas supostas frases ditas pela presidenta. Cada uma delas, acusa Dilma de praticar insultos, humilhações e até ameaça de desemprego.

Os verbos *dicendi*, conhecidos como verbos de elocução ou declaração, são comumente usados no jornalismo para dar suporte ao final da fala das fontes, funcionando como uma pequena frase de efeito em que se apresenta a maneira pela qual a fonte expressa um tipo de

emoção. Na SD os verbos “**esbravejou**” e “**vociferou**” marcam uma violência excessiva em cada uma das circunstâncias em que se apresentam, o que contribui para acentuar a repulsa nas palavras proferidas pela presidenta, atestando ainda a autenticidade da fala como uma testemunha direta do fato, visto que, os verbos sugerem uma testemunha ocular na cena para relatar as emoções descritas. No entanto, a testemunha não aparece no decorrer do texto.

Em seguida, faremos a leitura da SD-28.



Fonte: (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).

Apontado pelo sujeito discursivo como uma das motivações para o “descontrole” da presidenta, um dos processos para a abertura do impeachment está descrito na imagem através dos rostos de parlamentares aptos a votar, simbolizando os 367 votos favoráveis e 137 contrários, além de 7 abstenções, resultando na aprovação do prosseguimento do processo.

As cores são elementos que também recorrem às memórias discursivas para significar tanto em fenômenos quanto nos mais diversos movimentos partidários. Na imagem analisada, observa-se o contraste entre cores chamativas que se separam e até entram em conflito em virtude de suas associações. As cores preta e vermelha, por exemplo, estão associadas aos movimentos fascista e comunista, respectivamente. Orlandi (2002) explica a relação, da seguinte forma:

[...] entra a história, a produção de acontecimentos que significam na maneira como as cores como o negro está relacionado ao fascismo, à direita, e o vermelho ao comunismo, à esquerda, segundo um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas. (ORLANDI, 2002, p. 31)

A faixa suspensa sobre os demais elementos da imagem revela a soberania da mensagem **“placar da comissão do impeachment”** escrita em cor branca sobre o fundo preto, camuflando o fascismo da cor preta na paz da cor branca. Abaixo observa-se as cores verde e amarelo representando os votos a favor do impeachment contrariando o vermelho que está representando os votos contra o processo.

Em suma, quatro cores estampam a bandeira brasileira, o verde representa a vegetação brasileira; o amarelo representa o ouro e as riquezas; o azul representa o céu e os rios e o branco representa o desejo pela paz. Atualmente, as cores da bandeira brasileira têm gerado polêmica devido ao uso em política partidária. Os declarados “patriotas” fazem uso da camisa brasileira em apoio ao governo Bolsonaro. Assim, patriotas e comunistas contracenam em lados opostos no cenário político.

Na SD analisada, é possível notar que a neutralidade do jornalismo se dispersa diante da captura da foto com ângulo favorável ao movimento patriota, visto que o verde e amarelo se sobressaem. Ainda que a quantidade de votos contra o impeachment seja menor em relação aos votos favoráveis, seria sensato, considerando os preceitos jornalísticos, que a imagem fosse capturada de modo que a ilustração dos votos favoráveis não ultrapassasse o espaço contrário, e, sim, mostrasse a diferença do resultado de forma que cada representação de voto ocupe somente o espaço político partidário a qual pertence.

Em seguida temos a SD-23.



*Durante seguidas manhãs de setembro de 1992, enquanto o tema impeachment fervia no Congresso e a população lotava às ruas pedindo a saída do então presidente Fernando Collor, o chefe do Executivo parecia alheio a tudo. Mesmo com índices de avaliação chegando aos 68% de “péssimo e ruim”, ele vestia camiseta com frases de efeito e saía para correr nas redondezas da Casa da Dinda, onde morava, cercado de seguranças. Em discursos, Collor se dizia vítima do “sindicato do golpe” e tinha o apoio de advogados que diziam que não*

*havia crime de responsabilidade contra ele. A presidente Dilma Rousseff segue o mesmo script. Enquanto o País vive uma crise sem precedentes, a petista se comporta como se nada estivesse acontecendo. Ela parece dar de ombros ao seu índice de reprovação que chega aos 69%, números semelhantes ao de Collor no período pré-impeachment. Também repetindo o ex-presidente, chama opositores de “golpistas”, recorre a juristas parceiros e sai para se exercitar, só que de bicicleta, nos arredores do Planalto.*

Fonte: (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).

A SD-29 evidencia a frase “**Dilma repete Collor: alheia aos fatos**”, sugerindo a comparação entre as duas administrações, pois ambas passaram pelo processo de impeachment. Na parte superior, temos a imagem do ex presidente Fernando Collor, praticando exercício físico acompanhado por seguranças e, ao lado, a imagem de Dilma se exercitando de bicicleta. O texto em baixo das imagens alega que as imagens foram capturadas, ao mesmo tempo, em que o tema “impeachment” era cogitado em cada governo. Assim, tem-se a insinuação de repetição de sentidos, ou seja, de que vai acontecer impeachment com a presidenta Dilma, assim, como, no passado, aconteceu com Collor de Melo.

Aqui observa-se a recuperação da memória discursiva também acontecida no poder executivo brasileiro. Quanto a memória discursiva, Orlandi (2002) explica que:

Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pre-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2002, p. 31).

O resgate delibera a previsão dos acontecimentos tentando conquistar a confiança do público com a justificativa de que as mesmas atitudes estão sendo repetidas pela presidenta. A exemplo, a afirmação “**A presidente Dilma Rousseff segue o mesmo script**”, que indica um conjunto de instruções sendo executadas compulsoriamente, seguida da frase “**a petista se comporta como se nada estivesse acontecendo**”, medida que também foi descrita anteriormente no comportamento de Collor.

É interessante pensar as imagens nos tempos atuais, da era virtual, em que a cultura do cancelamento – fenômeno que estimula a rejeição – é bastante considerada para efeito de “julgamento” e “punição”. Uma das características desse fenômeno, muitas das vezes usada até mesmo com finalidade humorística, é o efeito “preto e branco” indicando, a perda ou melhor, o “cancelamento” de algo ou alguém, seguido de uma imagem colorida, indicando ser a próxima “cancelada”, ou seja, oprimida pelo sistema. No caso, Collor representa o cancelado e, Dilma, a próxima na lista de cancelamento.

A SD valoriza o impeachment de Fernando Collor colocando-o lado a lado com o processo de Dilma, aproximando também o comportamento de ambos, pois Dilma “**repete**” os passos de Collor, seja demonstrando descaso com os problemas do governo, ou mesmo, pelo desinteresse em aceitar que o afastamento é real como relata a reportagem.

Temos, portanto, a memória discursiva do leitor sendo ativada para aceitar o impeachment e cancelamento da presidenta Dilma. Assim, a mídia vai incutindo no leitor seu discurso ante governo e fortalecendo ideologia machista contra Dilma, pois ao atacar a presidenta Dilma com questionamento de sua sanidade mental se atinge além do seu governo, o seu ser feminino.

Em seguida temos a SD-31



Fonte: (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).

Sentada entre duas cadeiras vazias, Dilma está com cabeça levemente inclinada para baixo com expressão entristecida. Ao seu lado direito um pequeno texto se inicia com a frase “**cada vez mais só**”, alegando que aos poucos a presidenta perde aliados de governo em função do momento turbulento que enfrenta. E a prova dessa perda acontece no evento do programa Minha Casa Minha Vida, em que, de acordo com o sujeito discursivo, a presidenta precisou convocar plateia para preencher os lugares vazios, pois nenhum dos governadores convidados compareceu ao evento e, apenas 08 dos 300 prefeitos se fizeram presente. Essa seria a justificativa para “**a volta da tática do terror**” descrita no decorrer da reportagem demonstrando haver um sistema desonesto que desenvolve e dissemina o nocivo “**discursivo do medo**” também mencionado na matéria algumas linhas abaixo da imagem.

Também temos o sentido de que é o terror que ocupa o Governo neste momento, posto que a palavra terror foi posta bem em cima da cadeira sem pessoa e a palavra é exalada com o fundo negro da cadeira. Como afirma Orlandi (2002. p. 29) “Se observamos do ponto de vista da cromatografia política, o negro tem sido a cor do fascismo, dos conservadores, da “direita” em sua expressão política”, logo, notamos que a ideologia política que se faz presente é a

iniciada por Benito Mussolini, o movimento fascista, caracterizado pelo autoritarismo, poder ditatorial, repressão da oposição e violência extrema, fazendo com que a circunstância mobilize o sentimento de incerteza, de medo e pavor, o que acaba contribuindo também para a potencialização do discurso político de promessas que em algumas das vezes sequer são cumpridas.

Com o pavor instaurado no imaginário popular, as propostas políticas são articuladas com intuito de causar a impressão de ser a única alternativa para a melhoria de vida da população que passa a crer nas promessas políticas e a ter esperança de dias melhores. Por isso, no jogo político, a promessa acabou se mostrando muito eficiente como marketing eleitoral. Elas são usadas inconsequentemente para persuadir o público sobre o “melhor” administrador público e, assim, conquistar, cada vez mais, eleitores.

No caso da SD-31, o sujeito discursivo além de mostrar que o governo Dilma tenta obter apoio por meio da exaltação dos programas sociais e causando também a “**tática do terror**”. O alerta se estende no decorrer do texto, onde é mencionado o perigo de cortes na execução desses programas, caso Dilma não permaneça no cargo, fazendo com que a população, dependente deles, se veja obrigada a apoiar o partido político que melhor apresenta um discurso defensor a eles.

As acusações são alimentadas por afirmações que responsabilizam a presidenta de cultivar a prática de promessa e ameaça, usadas na política brasileira. No entanto, cabe lembrar que há uma certa inimizade entre políticos eleitos e os que estão saindo da gestão política. É em nome dessa inimizade que obras e programas sociais são deixados de lado e, a descontinuidade desses projetos afeta diretamente a população carente que passa a temer uma nova gestão. Nesse sentido, certifica-se a preocupação da população pela perda dos benefícios.

*SD-19: Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).*

Sem identificar a origem e a proximidade da fonte com a ocorrência ou recorrer ao recurso do personagem fictício – usado nos casos em que a fonte não deseja ser identificada por motivo de ameaças ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação conforme rege o Código de Ética – o que torna a reportagem passível de desconfiança, os relatos da SD-17

seguem na perspectiva de descontrolo da presidenta descrevendo-a como **irascível** e estar **mais agressiva do que nunca**, as características indicam a presença de transtorno mental nas atitudes da presidenta antes mesmo do processo de afastamento, mas que, porventura, se agravou após o ocorrido, o que a deixa numa condição de vulnerabilidade e impossibilidade de administrar.

Desse modo, notamos que, na reportagem, da mesma forma que na formação da psiquiatria nacional, também se elabora uma forma de colonização do feminino a partir da propagação de modelos de ser mulher ou figuras de mulheres que deixaram de sê-lo, por terem degenerado (BOTTON, 2019). Este último caso, expressa o modo como Dilma é retratada na reportagem.

*SD-27: Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente.*

Na SD-24, temos o sujeito-jornalista praticando juízo de valor ao se manifestar na afirmativa: **não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente**, autorizando-se a dispensar as atribuições do profissional psicanalista e certificando, de acordo com suas próprias percepções, a condição de insanidade da presidenta, conduta que se distancia do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o qual deixa claro o dever do jornalista em ouvir, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e de instituições envolvidas em uma cobertura jornalística e buscar provas que fundamentem as informações de interesse público (FENAJ, 2007). É, por meio do cumprimento das orientações do Código de Ética, que se configura um cenário de credibilidade entre o jornalismo e o público. Caso contrário, é no espaço desse não cumprimento que as portas para a Insegurança Informativa se abrem (RAMONET, 2013).

A prática funciona também como arma do jogo político para remeter Dilma à uma condição de incapacidade emocional de lidar com o controle das decisões do país e, assim, descredibilizar uma mulher perante o público, obrigando-lhe a deixar a presidência do país, conquistada democraticamente. Desse modo, Dantas (2019) observa que:

*Não se trata de crítica a partir de uma ação concreta da presidenta que se quer discordar, mas de recorrer a estereótipos comuns do feminino para consolidar*



a mensagem de inadequação de Rousseff ao cargo, para imputar-lhe o desastre e a maldade como marcas (DANTAS, 2019, p. 127-228).

A desigualdade de gênero no enunciado, denuncia a realidade dentro e fora das redações, articulando e perpetuando noções de caráter sexista, em que a mulher é alvo de xingamentos que depreciam sua imagem. A violência cultivada para manter a mulher em uma posição inferior ao sexo oposto é o pivô para o combate contra a igualdade de gênero, que luta para vencer o preconceito.

A seguir temos o último recurso fotográfico da reportagem, denominado SD-32 que aparece na reportagem acompanhado da SD-33.



Fonte: (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).

SD-33: *As diabruras de “Maria, a Louca”* (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).

As SDs 32 e 33, não só representam como trazem à tona um apanhado de **diabruras** resgatadas na memória discursiva de um dos personagens femininos mais marcantes no cenário

político no século XVIII, “**Maria I, a Louca**”, primeira mulher a governar Portugal e, conseqüentemente, primeira rainha do Brasil. Fica evidente o interdiscurso entre as duas trajetórias. Em outras palavras, é possível a leitura de que o caso de “loucura” não é exclusividade do momento, mas sim, está dentro da “normalidade” a insanidade vir à tona em casos de crise política quando o governo está nas mãos de uma mulher.

A memória discursiva traz à tona ainda outros episódios semelhantes, a tentativa de tratamento de Maria I foi a que pouco obteve resultado, apontando para um entendimento de que a mulher, naturalmente, apresenta aspectos de loucura, demonstrando que o tratamento é um meio pouco improvável se obter resultados positivos. Nesse sentido, Maria I aparece para reforçar a mulher dentro do protótipo “louca”, potencializando o retorno da mulher ao seu lugar idealizado, o espaço privado dos afazeres domésticos, assim, a circunstância se apresenta como oportunidade para um homem suceder ao cargo.

*SD-18: Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exibe total desconexão com a realidade do País (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).*

*SD-20: Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).*

*SD-21: A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar.*

*SD-25: Aos integrantes do núcleo político, Dilma deixa transparecer que não lhe importa mais a opinião pública. Seu objetivo é seguir no posto a todo e qualquer custo e, se lograr êxito, punir aqueles que considera hoje seus mais ferozes inimigos (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).*

A **extrema tensão** na SD-17 marca o início da oração que, linguisticamente, indica o sentido de nervos à flor da pele. No entanto, no esforço para imputar a insanidade à presidenta, a expressão vem seguida de **absoluta desordem**, denotando descontrole em função da tensão causada pelos incidentes do governo que chegaram ao extremo a ponto de serem inevitáveis,

contribuindo para a afirmação em que a **presidente da República** está **dominada por sucessivas explosões nervosas**. O estado delicado descrito sobre Dilma representa, para os mais próximos, sensação de pavor de ter sua integridade física e moral afetada com insultos ou agressões físicas, representando também perigo eminente para a gestão do Brasil.

Na tentativa de **tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes**, condição que demonstra que o quadro clínico de Dilma atingiu o estágio mais avançado da suposta doença e, por isso, desde o início do processo de afastamento precisou da intervenção de dois medicamentos, Rivotril e Olanzapina com efeito sedativo. A loucura incitada pelo sujeito discursivo nas SDs anteriores passa a ter diagnóstico definido e até receitado na SD-19 mesmo sem a comprovação de um profissional habilitado, se responsabilizando pela prescrição, nos instigando a refletir sobre a fundamentação das fontes e sua necessidade delas. As fontes são os personagens que testemunham ou participam diretamente do fato, elas exercem função de promover a veracidade dos fatos fazendo com que o veículo tenha capacidade de incitar confiança em seu público. Para Schwaab e Zamin (2014) alcançar a confiança, requer do jornalista, a soma de fatores que se complementam estabelecendo relações seja com as fontes, com a sociedade, ou com os próprios membros da comunidade profissional.

Para cumprir sua função, ele se faz valer de técnicas, gêneros, formatos e processos de edição por meio dos quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos, amparado sempre pelo capital simbólico do próprio campo, a credibilidade (SCHWAAB e ZAMIN, 2014, p. 51).

É no cumprimento dessa função que o jornalista trabalha a criação de verdades discursivas, fazendo valer discursos desmistificados em outros contextos, a partir dos recortes selecionados de uma determinada realidade, ou seja, como em qualquer discurso – em que o discurso é feito de sentido entre interlocutores (ORLANDI, 2002) – há uma construção de um novo discurso, com um novo sentido, que será o discurso divulgado nos veículos. Compreendemos, por isso, que os sentidos podem se deslocar ou ressignificar conforme a época ou contexto em que circulam.

No caso dos jornalistas, essa seleção se dá por meio dos preceitos do jornalismo em que se preza pela veracidade dos fatos, pois a conduta do profissional jornalista deve se pautar no Art. 4º do código de ética dos jornalistas, em que “O compromisso fundamental do jornalista é

com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação” (FENAJ, 2007).

Ainda que ambos medicamentos possuam substâncias fortes, responsáveis pelo efeito calmante, a SD-20 revela que **a medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar**. Verificamos nessa sequência que a reportagem mantém sua formação ideológica machista, em que se destaca alucinações, relatadas como incapazes de serem tratadas com a administração dos medicamentos, além de forçar uma associação do comportamento da presidenta com sintomas de esquizofrenia ao enfatizar o uso da Olanzapina no tratamento do distúrbio.

Na SD-22, aos **integrantes do núcleo político**, que também não são identificados na reportagem, faz reacender o debate sobre o papel das fontes primárias e secundárias como elementos fundamentais na produção das atividades jornalísticas. Essa falta de legitimação predominante nos move para a “insegurança informativa” defendida por Ramonet (2013), visto que são as fontes, em conjunto com as habilidades jornalísticas, os principais responsáveis pela realização do produto com o sucesso desejado. As fontes fundamentam o assunto e devem se distanciar de qualquer relação de amizade com o jornalista e vice-versa, a fim de evitar que haja comprometimento com a veracidade da notícia, além do mais priorizar as fontes significa ouvir todos os envolvidos e oferecer espaço para que cada um retrate seu ponto de vista, explicação ou defesa sobre algum fato, prática essa que não foi cumprida na reportagem.

Trazê-los de tal forma para compor a reportagem implica em permitir que a informação seja publicada sem a devida apuração dos fatos para garantir a veracidade da informação. A especificidade do jornalista abrange a responsabilidade de dispor de várias fontes em seus trabalhos que possam esclarecer o fato da mesma forma e apontando para o mesmo sentido, para garantir a veracidade da informação, pois recorrer a uma única fonte ou a nenhuma, como no caso da reportagem, pode induzir ao erro (RAMONET, 2013) e causar danos irreparáveis a pessoas ou organizações como já houve em outros momentos na história do jornalismo.

O profissional não deve usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime (FENAJ, 2007). Essa ferramenta de comunicação que é o jornalismo, se usada de maneira irresponsável, os prejuízos tanto para os envolvidos quanto para o veículo e o jornalista, é inevitável. O contexto encontrado nas entrelinhas da reportagem revela a tentativa

de atestar a incapacidade emocional da presidenta, em sua condição de mulher, para suportar as pressões do ofício.

*SD-30: O coro foi puxado pela militante travestida de presidente da República (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).*

Com a expressão **travestida** nota-se uma construção simbólica que leva à depredação da mulher, a qual está posta num cenário como personagem de caráter duvidoso, com segundas intenções. O termo, de acordo com o Dicionário Online de Português, se refere ao hábito de vestir-se com características do sexo oposto, no entanto, na SD-25 está sendo mencionado no sentido pejorativo para desmoralizar a mulher enquanto profissional além de julgá-la como um ser fraco e sem juízo da mesma forma que aconteceu nos mitos de criação do mundo com Eva e Pandora (MONTERO, 2007).

É com a disseminação desses mitos que o entendimento de que a incontrolável curiosidade como característica exclusiva da mulher ganha força, repercutindo negativamente sobre o caráter das mulheres, que passaram a ser vistas como o símbolo da desobediência que levou a humanidade a viver todos os males mundo. Desse modo, segundo as interpretações passadas é justo que a mulher aceite o homem como soberano, visto que ela é a responsável por conduzi-lo ao pecado (BEAUVOIR, 1970).

A FD nos dá indício da relação interdiscursiva com a expressão popular de origem bíblica “lobo em pele de cordeiro”, referência atribuída à pessoa que aparenta uma boa conduta, mas, na verdade, usa a pele de cordeiro como disfarce para esconder sua má índole. Do mesmo modo, nota-se que o caráter da presidenta foi posto em dúvida ao ter sua atuação profissional relacionada à uma má intenção que se limita aos próprios interesses e do partido político, a qual pertence a ponto de interferir na administração e causar graves prejuízos ao país.

*SD-22: O modelo consagrado pela renomada psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross descreve cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).*

*SD-26: Na tática do desespero oferece cargos e verbas para angariar apoios à sua causa, não se importando com o estouro do orçamento e muito menos com o processo sobre suas contas abertas nos órgãos de fiscalização e controle, como o TCU. (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).*

*SD-26: Durante a campanha eleitoral, a presidente Dilma Rousseff pagou para seus marqueteiros desenvolverem e disseminarem o nocivo “discurso do medo” (PARDELLAS E BERGAMASCO, 2016).*

A SD-21 apresenta as cinco fases do luto, desenvolvidas pela psiquiatra Elisabeth kübler-Ross, mas esse modelo também pode ser aplicado em outras situações que envolvem a perda, no caso, a abordagem faz referência ao impeachment. Nessa sequência, observamos a seguinte afirmação: **Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros**, que correspondem aos estados de negação e raiva, primeiro e segundo estágios, respectivamente. Fica evidente que a estratégia usada é a da aproximação dos comportamentos da presidenta com aspectos originados no campo da psicanálise e, para sustentar essa tese, verificamos nas sequências seguintes, momentos em que se expõem atitudes graves cometidas por Dilma mesmo sem apresentar uma comprovação concreta sobre os episódios.

O primeiro o argumento está exposto na SD-23 que afirma o **desespero**, apontando para o sentimento de perda, proposto anteriormente, em que os comportamentos que são indicados se apresentam como despreocupados em relação ao direcionamento futuro do país e se manifestam por meio de atos desonestos como o descrito em: **oferece cargos e verbas para angariar apoios à sua causa**. A acusação emerge sintomas da corrupção estabelecida na política, em que conseguir vantagem e fazer uso do dinheiro público para bens privados implica no ato de favorecer-se prejudicando os outros, no caso, toda uma nação, que muito provavelmente padecerá com os desvios de verbas públicas que seriam aplicadas na realização dos direitos fundamentais referentes à educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Mais adiante, para reforçar esse argumento, mais um comportamento despreocupado ou desonesto da presidenta aparece na SD-26 com a oração: **Dilma Rousseff pagou para seus marqueteiros desenvolverem e disseminarem o nocivo “discurso do medo”**. Sendo assim, a partir das revelações se desenha um cenário propício ao afastamento de Dilma sob a justificativa de evitar escândalos de alta repercussão. A exemplo, as operações “Petrolão” e “Lava Jato”, acontecidos durante o governo Lula e Dilma. Em contrapartida, o ato de expor

uma atitude com tal gravidade sem fundamentá-la, de acordo com as determinações do jornalismo, lembra o mesmo jogo desleal, ao qual o sujeito discursivo acusa Dilma na SD-26, ignorando o caráter moral e ético como princípio básico do profissional de qualquer área.

Diante do exposto, observa-se o uso indevido da profissão ao apresentar uma tendência opinativa em uma estrutura de texto informativo, visto que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros sustenta que a opinião manifestada nos meios de comunicação deve ser exercida com responsabilidade. Tendo como base a premissa de que

a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas. E que a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público” (FENAJ, 2007).

Constata-se que o gênero informativo se apresenta deturpado, na reportagem estudada, visto que a função do gênero informativo está associada à transmissão de determinada informação, estando isenta de duplas interpretações. Por tanto, a reportagem se mostrou tendenciosa, fundamentada na concepção do próprio profissional responsável pela escrita, julgando a capacidade intelectual da presidenta a partir da condição de mulher, baseada em “segundo relatos”, ou seja, sem fontes para respaldar a informação, e em argumentos incitados sem comprovação, que giram em torno de uma suposta insanidade mental que, do início ao fim, se preocupou em diminuir Dilma Rousseff como profissional e mulher, se respaldando, especialmente, em estereótipos machistas, misóginos e sexistas. Frases desrespeitosas que ecoam ironia e preconceito de gênero deixaram transparecer a intenção de militar contra o governo Dilma, sem apresentar argumentos comprobatórios apontando equívocos na administração, além de atacar diretamente a integridade da Presidenta.

Diante dos dados, as SDs comprovam filiação à ideologia machista no discurso da matéria em estudo, fator que pavimenta a estrada da descredibilidade do jornalismo perante leitores e telespectadores, uma vez que a violação do regimento profissional implica no descompromisso com a responsabilidade social inerente à profissão. Desse modo, são frequentes os desrespeitos aos direitos do cidadão, as discriminações de qualquer natureza e a falta de promoção de garantias individuais e coletivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise da imagem da mulher como um instrumento para se discutir a prática jornalística, aliada ao suporte da Análise de Discurso, foi possível perceber que, ainda distante de uma visão revolucionária sobre a mulher e caminhando na contramão da essência do jornalismo e dos movimentos feministas, o mito da beleza, como qualidade vigente, ainda consegue assombrar a liberdade da mulher no discurso tradicional, especialmente, no campo midiático, fazendo com que os ritos de beleza sejam, cada vez mais, obrigatórios entre as mulheres e, assim sendo, o que observamos é que se a mulher segue esse padrão ela é considerada normal, garantindo sua aceitabilidade na sociedade, como visto na primeira reportagem analisada, referente a revista *Veja*. Caso contrário, se a mulher não se enquadra no padrão estabelecido, desobedecendo os ritos de comportamentos, é taxada como histérica, que sofre de doença mental e, por isso, não apresenta condições emocionais para manter-se em convívio com os demais, ou, é impossibilitada de ocupar cargos importantes como pudemos observar na segunda reportagem analisada, referente à revista *IstoÉ*.

As marcas textuais encontradas nas reportagens nos dirigiram para a identificação da formação ideológica em que se predominou o discurso machista. Apesar de uma reportagem ser favorável ao governo e a outra contrária, terminam ambas colocando discursivamente a mulher em posição inferior ao homem, com um discurso machista. Em uma reportagem a mulher aparece romantizada no espaço privado e calada por vozes masculinas, na outra encontra-se uma mulher transtornada e desequilibrada emocionalmente. Mesmo sendo discursos contrários, ambas reforçam estereótipos sobre a mulher, fazendo um desserviço à sociedade, especificamente à classe feminina. Esse resultado indica que a mídia é um aparelho ideológico que perpetua, de certa forma, a violência simbólica contra a mulher.

A análise também promoveu um entendimento acerca do modo como as questões de gênero são entendidas e retratadas na atualidade. E, mesmo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros sobre a conduta do profissional jornalista, vimos reportagens de veículos de cunho jornalístico, contribuindo com a consolidação da opressão feminina desde o estereótipo da princesa até o estereótipo da mulher independente. Assim, a prática jornalista analisada trabalha para manutenção das desigualdades sociais e assegura, por outro lado, repressão aos grupos marginalizados pelo sistema.



Observou-se, no presente estudo, a relação de poder dentro do discurso jornalístico onde foi possível notar a intenção de fazer do jornalismo um instrumento de manobra política, funcionando sob interesses econômicos, o que contribui para abalar a credibilidade do jornalismo. Por interesses políticos partidários, o jornalismo vem infringindo as diretrizes do Código de Ética dos Jornalistas, que em seu Art. 6º diz que “É dever do jornalista: combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza”, devendo, assim, “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (FENAJ, 2007). É nesse desvio que o lugar prestigiado que a mídia ocupou por muito tempo vem perdendo o espaço e o poder que conquistou, abrindo amplas discussões acerca de sua credibilidade.

O compromisso do jornalismo é respeitar a ética e prezar pela verdade, sem partidarismo, sem meias interpretações, a ausência disso gera manchas na qualidade do serviço prestado e, de acordo com Lage (2001), a credibilidade se torna um produto caro e difícil de recuperar. É por isso que o debate se torna importante e urgente para que se possa recuperar a credibilidade e o jornalismo se fortaleça como defensor da cidadania. Com a confiança do público abalada não é possível que esse sistema cumpra sua função de consolidar os direitos essenciais do cidadão. Sendo assim, refletir sobre o jornalismo na perspectiva de instrumento capaz de contribuir com as causas de dignidade humana, de noções de direitos e deveres e, principalmente, de ajuda mútua, pensando única e exclusivamente no bem-estar da coletividade é crucial.

Com tantas arbitrariedades nos mais diversos setores, aceitar a deturpação da ética jornalística, enquanto profissional da comunicação, para favorecer interesses pessoais e de grupos privados é ser cúmplice das injustiças causadas pela desigualdade social. Com tal atitude, não só a mulher é prejudicada, os demais alvos também sofrem e, conseqüentemente, a própria mídia se coloca em descrédito ao fazer uso do ofício para reprimir, engrandecer e condenar.

Para que se estabeleçam relações de confiança entre a mídia e o público é importante saber usar a palavra. Nesse sentido, entendemos que agregar a teoria da Análise de Discurso à grade curricular do jornalista contribui para o desenvolvimento cognitivo do profissional, que permitirá uma interpretação mais clara dos fatos a serem divulgados, visto que é por meio do

suporte da AD que o jornalista consegue perceber o que antecede os acontecimentos e consequentemente, aplicar o resultado da interpretação como materialidade linguística, que será o trabalho final, criteriosamente elaborado a partir dos gêneros jornalísticos seja por meio de nota, artigo de opinião, crônica, reportagem para impresso, Web, TV ou rádio, livro-reportagem etc. Vale ressaltar que “a relação necessária e constitutiva entre linguagem e sujeito já é um dos motivos pelos quais a formação do jornalista não deve prescindir dos estudos de linguagem” (SILVA, 2013, p.02).

Saber interpretar os acontecimentos é crucial. É por meio da cognição que a capacidade de processar e transformar informações em conhecimento é desenvolvida, graças a um conjunto de habilidades como percepção, atenção e raciocínio em conjunto com a memória, elementos fornecidos pelos estudos da AD. “É nessa relação com a palavra, e mais precisamente, com o dizer e com os seus efeitos de sentidos que se encontram a análise de discurso e a prática jornalística” (SILVA, 2013, p. 02). É essa parceria que vai sustentar os gestos de interpretação, fazendo com que o jornalista tenha propriedade para resgatar informações importantes de outras memórias discursivas, as quais, de fato, merecem ser lembradas em determinados contextos.

Posteriormente, o modo como essa informação será repassada fará grande diferença na compreensão do público, visto que, por meio dela, será possível perceber o quanto outras questões, aparentemente distantes do contexto em questão, podem estar intrinsecamente ligadas a ele, da mesma forma que seus efeitos a longo, médio ou curto prazo, podem interferir em algo maior, a democracia, por exemplo. O suporte teórico e metodológico oferecido pela AD permite que a compreensão do uso da palavra vá além do óbvio, é nessa perspectiva que apostamos em melhorias não só para o campo jornalístico, mas também para seu público em geral.

Por isso, exercer o papel do jornalismo com lealdade ao código de ética, tendo em vista o comprometimento com a verdade e de forma didática, explicativa e acessível é, sem sombra de dúvidas, essencial para a emancipação social de grupos oprimidos, visto que a essência do jornalismo, ao contrário do que se pensa, é ser instrumento de luta social, que abre caminhos para as transformações necessárias diante de sistemas opressores, é ser defensor da democracia e da justiça social.

Por fim, sustentamos no presente estudo, que o dever do jornalista, mais do que os demais cidadãos, está condicionado ao trabalho em prol do respeito, igualdade e pela manutenção da democracia. Por meio da proposta apresentada, será possível estimular um debate sobre as questões citadas, sobre o discurso jornalístico e a igualdade de gênero,

contribuindo, dessa forma, para fomentar a reflexão sobre a formação dos profissionais da comunicação, a qual deve constituir profissionais livres de preconceito e discriminação, o que irá contribuir também para a construção de uma sociedade inclusiva e justa no que diz respeito aos deveres e obrigações de todo cidadão, sem distinção de gênero.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. Capitalismo e Política (primeira parte): A corrupção. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 22 de set de 2017. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/capitalismo-e-politica-a-corrupcao-primeira-parte/>>. Acesso em: 16 de mar. de 2022.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 1. Fatos e mitos. 4. Ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOTTON, Viviane Bagiotto. Histeria, mulher e feminino. **Rede brasileira de mulheres filósofas**. 05 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://www.filosofas.org/post/histeria-mulher-e-femenino>>. Acesso em: 05 de nov. de 2021.

BOTTON, Viviane Bagiotto. As mulheres loucas do Brasil na Primeira República entre a psiquiatria nacional e a colonização do feminino. In: **Contraponto** – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 10, n. 1, jan./jun. 2021. Issn 2236-6822, Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/13028>>. Acesso em 05 de nov. 2021.

DANTAS, Fernanda Argolo. “**DILMA ROUSSEFF: UMA MULHER FORA DO LUGAR**”: As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. 2019. Tese (Doutorado) – Programa multidisciplinar de Pós-graduação em cultura e sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DIMENSTEIN, Gilberto. Índia proíbe grávida de saber sexo do bebê. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 de jan. de 1996. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/23/mundo/14.html>>. Acesso em: 30 de ago. de 2021.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas: São Paulo, 1980.

FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. **Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, 04 de ago. de 2007. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>>. Acesso em: 18 de nov. 2021.

FOUCAULT, Michel (trad. MUCHAIL, Salma Tannus). **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8 ed. Martins Fontes: São Paulo, SP, 1999.

LAGE, Nilson. **A Reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**. São Paulo. 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em: 06 ago. de 2021.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo de. **Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América**. Interações, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LdndtrwfkfvRN5vqb/?lang=pt>>. Acesso em: 09 de maio de 2022.

MALTA, Renata Barreto; SANTOS, Suyene Correia. Bela, recatada e ‘do lar’: Uma análise do discurso da matéria que pautou o debate de gênero nas redes sociais. **Contemporanea – comunicação e cultura – v.15 – n.02 – maio-ago 2017 – p. 446-462 | ISSN: 1809-9386**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/70324883-Genero-e-comunicacao-gt-13.html>>. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MESQUITA, Lígia. De onde vem o papel da primeira-dama — e a tradição de trabalho social. **BBC News**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46747022>>. Acesso em: 03 nov. de 2021.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTERO, Rosa. **História das Mulheres**. Rio de Janeiro: Ed Agir, 2007.

MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e Perigosas**: as Mulheres na revolução francesa. São Paulo: Alameda, 2013, 370 p.

MOTA-RIBEIRO, Silvana. **Retratos de mulher**: Construções sociais e representações visuais no feminino. Porto: Campo das Letras, **Princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

NARZETTI, Claudiana Nair Pothin. A apropriação da teoria de Bakhtin na AD Francesa. ANAIS DO SETA, Vol. 3, 2009. Disponível em: <<https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/531>>. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

O POVO online. Bolsonaro ameaça repórter: “vontade é de encher tua boca na porrada”, diz após pergunta sobre Queiroz. YouTube, 23 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/L2N-61RIMa8>>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2002.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si. **IstoÉ**. 01 de abril de 2016. Disponível em: <[https://istoe.com.br/450027\\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/](https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/)>. Acesso em: 06 de ago. 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso**. Tradutores Bethania S. Mariani... [ et. all]. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r#:~:text=O%20feminismo%20aparece%20como%20um,sua%20vida%20e%20seu%20corpo.>>. Acesso em: 16 de mar. de 2022.

PORTAL HOSPITAIS BRASIL. Brasil é o top 1 mundial em número de cirurgias plásticas. 04 de out de 2021. Disponível em: <<https://portalhospitaisbrasil.com.br/brasil-e-o-top-1-mundial-em-numero-de-cirurgias-plasticas/#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20pa%C3%ADs,segunda%20e%20terceira%20posi%C3%A7%C3%A3o%2C%20respectivamente.>>. Acesso em: 11 de fev. de 2022.

RAMONET, Ignácio. Meios de Comunicação: um poder a serviço de interesses privados?. In: MORAES, Dênis de (Org.).Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013. P.64.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. Vozes e Diálogo, Itajaí, v. 13, n. 01, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/5387>. Acesso em: 01 de abril de 2022.

SILVA, Silmara Dela. A análise de discurso e a formação do jornalista. *Entremeios: revista de estudos do discurso*. V.7, jul/2013. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br>. Acesso em: 28 de out. de 2021.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Conhecendo Análise do Discurso: Linguagem Sociedade e Ideologia**. Manaus: Editora Valer, 2006.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso: procedimentos metodológicos**. Manaus: Instituto Census, 2014.

SUENAGA, Camila et. al. **Beleza e contemporaneidade: fragmentos históricos no decorrer da evolução estética**. Florianópolis, SC: UNIVALI, 2012.

KANTAR. Brasileiros confiam nos meios de comunicação para se manter informado, indica estudo da Kantar IBOPE Media. **Kantar IBOP Media**. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/brasileiros-confiam-nos-meios-de-comunicacao-para-se-manter-informado-indica-estudo-da-kantar-ibope-media/>. Acesso em: 17 de out. de 2021.

TENORIO, Emilly Marques. Machismo. **Série Assistente social no combate ao preconceito**. Caderno 6, Brasília (DF), 2019. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social).

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 15. Ed. Petropolis: Vozes, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insultar, 2. ed., 2005.

TRAVESTIDA. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=travestida> > . Acesso em: 20 de nov. de 2021.

UOL. Bolsonaro insulta repórter da Folha: “ela queria dar o furo”. YouTube, 18 de fev. de 2020. Disponível em: [https://youtu.be/znEDvZqXA\\_U](https://youtu.be/znEDvZqXA_U). Acesso em: 10 de fev. de 2022.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

## ANEXO I – Parte 1 da Reportagem da revista Veja.



Brasil

### Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”

A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice

Por Juliana Linhares 18 abr 2016, 19h14



Marcela, mulher do vice, Michel Temer: jantares românticos e apelidos carinhosos Bruno Poletti/Folhapress

PUBLICIDADE

**GoRead**  
Seus conteúdos favoritos quando e onde quiser

de 280 revistas digitais em um só app

assine já



Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país – e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família. Lá, protegido por quatro seguranças (um na cozinha, um no toalete, um na entrada da sala e outro no salão principal do restaurante), o casal desfrutou algumas horas de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente. Marcela se casou com Temer quando tinha 20 anos. O vice, então com 62, estava no quinto mandato como deputado federal e foi seu primeiro namorado.

Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janelinha no lugar que abrigará seus incisivos centrais, é o único filho do casal (Temer tem outros quatro de relacionamentos anteriores). No fim do ano passado, Marcela pensou que esperava o segundo filho, mas foi um alarme falso. “No final, eles acharam que não teria sido mesmo um bom momento para ela engravidar, dada a confusão no país”, conta tia Nina, irmã da mãe de Marcela. Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou – ainda quer ter uma menininha. No Carnaval, Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo. Temer iria depois, mas, nos dias seguintes, o plano foi a pique: o vice ligou, dizendo que estava receoso de expor a família, devido aos ânimos acirrados no país. Pegou Marcela, Michelzinho, e todo mundo voltou para casa.



## ANEXO I – Parte 2 da Reportagem da revista Veja.

Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu *curriculum vitae* um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele).

Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada. Pedia luzes bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro. “Assim como faz a Athina Onassis quando vem ao meu salão, ela deixava os seguranças do lado de fora”, informa Biaggi. Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”. Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros.

Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente. Um fica longe do outro a maior parte da semana, uma vez que Temer mora de segunda a quinta-feira no Palácio do Jaburu, em Brasília, e Marcela permanece em São Paulo, quase sempre na companhia da mãe. Sacudida, loiríssima e de olhos azuis, Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer. Amigos do vice contam que, ao fim de um dia extenuante de trabalho, é comum vê-lo tomar um vinho, fumar um charuto e “mergulhar num outro mundo” – o que ocorre, por exemplo, quando telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho, que ela manda pelo celular. Três anos atrás, Temer lançou o livro de poemas intitulado *Anônima Intimidade*. Um deles, na página 135, diz: “De vermelho / Flamejante / Labaredas de fogo / Olhos brilhantes / Que sorriem / Com lábios rubros / Incêndios / Tomam conta de mim / Minha mente / Minha alma / Tudo meu / Em brasas / Meu corpo / Incendiado / Consumido / Dissolvido / Finalmente / Restam cinzas / Que espalho na cama / Para dormir”.

Michel Temer é um homem de sorte.

## ANEXO II – Parte 1 da reportagem da revista IstoÉ.

ISTOÉ ISTOÉ DINHEIRO DINHEIRO RURAL MENU MOTORSHOW PLANETA SELECT GOOUTSIDE HARDCORE ANUNCIE





**ISTOÉ** EDIÇÃO Nº 2725 14/04

HOME ÚLTIMAS REVISTA BRASIL ECONOMIA MUNDO COLUNAS ESPORTES GENTE SAÚDE DA MULHER

Jeep  
Entrada de R\$103.000 [ABRIR](#)



Milhões de Ofertas  
AlExpress

06/04/2016 nº 2417 Edições anteriores >

### BRASIL

## Uma presidente fora de si

Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país



DESCONTOLE A presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares ()

Sérgio Pardellas e Debora Bergamasco

01/04/16 - 20:00



Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. Lembra o Lula dos grampos em seus impropérios. Na última semana, a presidente mandou eliminar jornais e revistas do seu gabinete. Agora, contenta-se com o clipping resumido por um de seus subordinados. Mesmo assim, dispara palavras aos borbotões a cada nova e frequente má notícia recebida. Por isso, os mais próximos da presidente têm evitado tecer comentários sobre a evolução do processo de impeachment. Nem com Lula as conversas têm sido amenas. Num de seus acessos recentes, Dilma reclamou dos que classificou de "traidores" e prometeu "vingança". Numa conversa com um assessor, na semana passada, a presidente investiu pesado contra o juiz Sérgio Moro, da Lava Jato. "Quem esse menino pensa que é? Um dia ele ainda vai pagar pelo quem vem fazendo", disse. Há duas semanas, ao receber a informação da chamada "delação definitiva" em negociação por executivos da Odebrecht, Dilma teria, segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos. Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar.



### O Novo Suv Inspirado em Você

Lançamento Novo Fiat Pulse, conheça o SUV Inspirado em Você

Fiat

[Abrir >](#)

## ANEXO II– Parte 2 da reportagem da revista IstoÉ.

### DESCONTROLE

A presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares

Em recente viagem a bordo do avião presidencial, um Airbus A319, tripulantes e passageiros ficaram estupefatos com outro surto de Dilma. Depois de uma forte turbulência, a presidente invadiu a cabine do piloto aos berros: "Você está maluco? Vai se f...! É a presidente que está aqui. O que está acontecendo?", vociferou. Não seria a primeira vez que Dilma perdia o equilíbrio durante um voo oficial. No final de janeiro, o avião da presidente despencou 100 metros, enquanto passava pela região entre a floresta Amazônica e o Acre. O piloto preparava-se para pousar em Quito, no Equador. Devido ao tranco mais brusco, Marco Aurélio Garcia, assessor especial, acabou banhado de vinho e uma ajudante de ordens bateu levemente com a cabeça no teto da aeronave. Copos e pratos foram ao chão, mas ninguém se machucou. A presidente saiu de si. Na sequência do incidente, tratou de cobrar satisfações do piloto. Aos gritos: "Não te falei para não pegar esse trajeto? Quer que eu morra de susto, cace...?". Os desvarios de Dilma durante os voos já lhe renderam uma reclamação formal. Em carta, a Aeronáutica pediu para que a presidente não formulasse tantas perguntas sobre trajetos e condições climáticas nem adentrasse repentinamente às cabines para não tirar a concentração dos pilotos. A presidente não demonstra paciência nem mesmo para esperar o avião presidencial seguir o procedimento usual de taxiamento. Um de seus assessores lembra que, certa feita, Dilma chegou a determinar à Aeronáutica que reservasse uma pista exclusiva para a decolagem de sua aeronave. Com isso, outros aviões na dianteira tiveram de esperar na fila por horas.

O modelo consagrado pela renomada psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross descreve cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade. Na semana passada, um presidente de uma instituição estatal foi chamado por Dilma para despachar assuntos de sua pasta. Chegou ao Palácio do Planalto, subiu ao terceiro andar e falaram longamente acerca da saúde da empresa e especialmente sobre a economia do Brasil e o contexto internacional. Ao final da conversa, observando o visível abatimento do executivo, Dilma quis saber: "Por que você está cabisbaixo?". Franco, ele revelou sua preocupação com o cenário de impeachment que se desenhava, especialmente com o então iminente rompimento do PMDB. Ao ouvir a angústia do seu subordinado, que não está há muito tempo à frente da empresa, Dilma teve uma reação que tem se repetido sistematicamente: descartou totalmente a hipótese do seu impedimento. Ela exclamou: "Imagine, nada disso vai acontecer. Já temos garantidos 250 votos na Câmara". O executivo tentou argumentar, mas foi novamente interrompido. A petista avaliou ser "até melhor" o rompimento com o PMDB, assim teriam a chance de "refundar" o governo. O presidente da instituição deixou a conversa completamente atônito. Considerou inacreditável a avaliação da chefe do Executivo.



## ANEXO II – Parte 3 da reportagem da revista IstoÉ.

### + Ingressos para os shows do Coldplay no Brasil acabam em minutos e fãs reclamam

Outro interlocutor frequente diz que a desaprovação recorde junto aos eleitores é vista como mero detalhe pela presidente. “Que falta faz um João Santana”, disse referindo-se ao marqueteiro preso e, principalmente, conselheiro para todas as horas. Aos integrantes do núcleo político, Dilma deixa transparecer que não lhe importa mais a opinião pública. Seu objetivo é seguir no posto a todo e qualquer custo e, se lograr êxito, punir aqueles que considera hoje seus mais feroces inimigos. Especialmente os do Congresso. Na tática do desespero oferece cargos e verbas para angariar apoios à sua causa, não se importando com o estouro do orçamento e muito menos com o processo sobre suas contas abertas nos órgãos de fiscalização e controle, como o TCU. Na quarta-feira 30, chegou ao cúmulo de sugerir uma audiência com Valdemar Costa Neto, do PR, para oferecer-lhe a indicação do ministério de Minas e Energia. Ocorre que, hoje, Costa Neto apresenta dificuldades e limites de locomoção devido ao uso de uma tornazeleira. Depois da gafe, o jeito foi recorrer a emissários.

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. A autoridade se esvai quando seu exercício exige exacerbar no tom, com gritos, berros e ofensas. Helmuth von Moltke, chefe do Estado-Maior do Exército prussiano, depois de aposentado, concedeu uma entrevista que deveria servir de exemplo para governantes que se pretendam grandes líderes. Perguntado como se sentia como um general invicto e o mais bem sucedido militar da segunda metade do século XIX, Moltke respondeu de pronto: “Não se pode dizer que sou o mais bem sucedido. Só se pode dizer isso de um grande general, quando ele foi testado na derrota e na retirada. Af se mostram os grandes generais, os grandes líderes e os grandes estadistas”. Na retirada, Dilma sucumbiu ao teste a que Moltke se refere. Os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País.



O PLACAR DO AFASTAMENTO

Em frente ao Congresso, integrantes de movimentos pró-impeachment estampam os rostos dos parlamentares contra e a favor da saída de Dilma

A maneira temperamental de lidar com as situações não é nova, embora tenha se agravado nas últimas semanas. Desde o primeiro mandato de Dilma, um importante assessor palaciano dedicou-se a registrar num livro de capa preta as reprimendas aplicadas por Dilma em seus subordinados. Ele deixou o governo recentemente por não aturar mais os insultos da presidente. A maioria injustificável, em sua visão. No caderno, anotou mais de 80 casos ocorridos entre 2010 e 2016. Entre eles, há o de um motorista que largou o automóvel presidencial no meio da Esplanada dos Ministérios depois de ser ofendido compulsivamente pela presidente e ameaçado de demissão por causa de um atraso. “Você não percebeu que não posso atrasar, seu m...Ande logo com isso senão está no olho da rua”, atacou Dilma. Consta também das anotações os três pedidos de demissão de Anderson Dornelles, que deixou o Planalto no último mês sob fortes suspeitas de ser sócio oculto de um bar localizado no estádio Beira-Rio de propriedade da Andrade Gutierrez. Nas vezes em que ameaçou deixar o governo, alegou cansaço dos destratos da presidente. “Menino, você não faz nada direito!”, afirmou ela numa das brigas. O ministro da Advocacia-Geral da União, José Eduardo Cardozo, também já experimentou a fúria da presidente. A irritação, neste caso, derivou das revelações feitas pelo empresário Ricardo Pessoa, da UTC, sobre as doações a sua campanha à reeleição em 2014. Participaram dessa reunião convocada pela presidente, além de Cardozo, os ministros Aloizio Mercadante, Edinho Silva e o assessor especial Giles Azevedo. Na frente de todos, Dilma cobrou Cardozo por não ter evitado que as revelações de Ricardo Pessoa se tornassem públicas dias antes de sua visita oficial aos Estados Unidos, quando buscava notícias positivas para reagir à crise. “Você não poderia ter pedido ao Teori (Zavaski) para aguardar quatro ou cinco dias para homologar a delação?”, perguntou Dilma referindo-se ao ministro que conduz os processos da Lava Jato no STF. “Cardozo, você fodeu a minha viagem”, bradou à presidente.

O episódio envolvendo Cardozo, no entanto, pode ser considerado até brando se comparado às situações enfrentadas por duas ex-ministras do governo, Maria do Rosário e Ideli Salvatti. Em 2011, ao debater com Rosário o andamento dos trabalhos da Comissão da Verdade, àquela altura prestes a ser criada pelo Congresso para esclarecer casos de violação de direitos humanos durante a ditadura militar, Dilma perdeu as estribelas: “Cale sua boca. Você não entende disso. Só fala besteira”. Já Ideli conheceu o despatúrio da presidente logo no dia seguinte à sua nomeação para as Relações Institucionais. Quando ainda devorava jornais, Dilma leu uma reportagem em que a titular da pasta fazia considerações sobre os desafios do novo trabalho. Não gostou e deixou clara sua insatisfação: “Ideli, se na primeira coletiva você já disse bobagens, imagine nas próximas”.

## ANEXO II – Parte 4 da reportagem da revista IstoÉ.



Publicamente, a presidente tenta disfarçar seu estado de ânimo atual. Mas nem sempre é possível deixar transparecer serenidade quando, por dentro, os nervos estão à flor da pele. Seus últimos discursos refletem a tensão reinante nos corredores do Palácio do Planalto. Na quarta-feira 30, Dilma converteu o evento de entrega de moradias da terceira fase do Minha Casa Minha Vida em um palanque contra o impeachment. Na cerimônia, estiveram presentes integrantes de movimentos sociais, como o MST. Os representantes, —muitos deles chamados de última hora já que nenhum governador se dignou a ir e, dos 300 prefeitos convocados, só oito compareceram—, foram acomodados em lugares destinados a convidados, onde entoaram gritos de guerra pró-governo mesmo antes de o evento começar. Os presentes chamaram o juiz Sérgio Moro, o vice Michel Temer e a OAB de “golpistas” e bradaram o já tradicional “não vai ter golpe”. Detalhe: o coro foi puxado pela militante travestida de presidente da República.



Durante a campanha eleitoral, a presidente Dilma Rousseff pagou para seus marqueteiros desenvolverem e disseminarem o nocivo “discurso do medo”. Espalhou o pavor entre os brasileiros mais carentes dizendo que, se seus concorrentes Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (na época no PSB) ganhassem a eleição, os programas sociais estariam em risco. Funcionou. Hoje, cara a cara com o impeachment, ela coloca sua tropa de choque novamente para atemorizar a população. Disse a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), na última segunda-feira: “Programas sociais como Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, Fies e tantos outros que beneficiam os mais pobres correm sério risco de sofrer corte caso a presidente Dilma seja impedida de continuar seu governo”.

Não bastasse a repetição da retórica cretina da campanha eleitoral, a presidente disse nos últimos dias que o que está se vendo o País é um verdadeiro “nazismo”, sem lembrar que o discurso do “nós contra eles” foi gestado e cultivado por sua equipe. O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Edinho Silva, foi na mesma toada ao tentar reverter a posição do governo de incitador de ódio para pacificador: “Nós vamos baixar o tom ou esperar o primeiro cadáver?”. Sem mencionar, é claro, provocações até do presidente do PT, Rui Falcão, que no twitter escreveu recentemente: “Queremos a paz, mas não tememos a guerra”. Ou as palavras de Guilherme Boulos, coordenador do MTST, que disse que se o impeachment for efetivado ou Lula for preso, o Brasil seria “incendiado por greves, ocupações e mobilizações” e que “Não haverá um dia de paz do Brasil”.

## ANEXO II – Parte 5 da reportagem da revista IstoÉ.



### As diabruras de “Maria, a Louca”

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuentes” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. “Maria I, a Louca”, por exemplo, dizia ver o “corpo” de seu “pai ardendo feito carvão”, quando adversários políticos da Casa de Bragança tentavam alijá-la do poder. Nesses momentos, seus atos de governo denotavam desatino, como relatou doutor Willis: “proibir a produção de vinho do Porto na cidade do Porto”. Diante desse quadro, era preciso que ocorresse o seu “impedimento na Coroa”. Quanto mais pressão, mais a sua consciência se obnubilava, até que finalmente foi “impedida de qualquer ato na Corte”. Já com o filho Dom João VI no comando de Portugal, “Maria I, a Louca” veio às pressas para o Rio de Janeiro com a Família Real diante da invasão de Portugal. Aqui, ela tinha por hábito usar longos vestidos pretos e passava horas correndo pelos corredores palacianos gritando palavras desconexas. Costumava acordar na madrugada e “berrava para seres imaginários descerem do Pão de Açúcar” porque nele “morava o diabo”. A sua derradeira frase em território lusitano pode ser interpretada como falca de lucidez na loucura: “Não corram tanto, vão pensar que estamos sendo tocados ou que estamos fugindo”.

Antonio Carlos Prado

Fotos: Adriano Machado, Claudio Belli/Valor; Adriano Machado/Ag. Istoé; CELSO JUNIOR/AE; EPITACIO PESSOA/AE, Marcelo Camargo/Agência Brasil, Givaldo Barbosa/Agência O Globo